



HOME EDITORA

ALÉM DAS FRONTEIRAS: EDUCAÇÃO AMBIENTAL, INCLUSÃO E LIBERDADE

MICHAEL DOUGLAS SOUSA LEITE
RENATA DA SILVA ADONIAS NUNES
ANA MARIA FRANCO SILVA
ROBÊNIA NUNES DA CRUZ
BIANCA DA SILVA ARAÚJO
ANTONIO BARBOSA GOMES
GONÇALVES MARQUES ROCHA FILHO
ALEXANDRA MOREIRA SILVA
MARCIANA GOMES SAMPAIO
MARIANA MARIA GOMES SAMPAIO

Michael Douglas Sousa Leite
Renata da Silva Adonias Nunes
Ana Maria Franco Silva
Robênia Nunes da Cruz
Bianca da Silva Araújo
Antonio Barbosa Gomes
Gonçalves Marques Rocha Filho
Alexandra Moreira Silva
Marciana Gomes Sampaio
Mariana Maria Gomes Sampaio

Além das fronteiras: educação ambiental, inclusão e liberdade

1ª Edição

Belém-PA
Home Editora
2023

© 2023 Edição brasileira
by Home Editora

© 2023 Texto
by Autor

Todos os direitos reservados

Home Editora
CNPJ: 39.242.488/0002-80
www.homeeditora.com
contato@homeeditora.com
Av. Augusto Montenegro, 4120 - Parque Verde, Belém - PA, 66635-110

Editor-Chefe

Prof. Dr. Ednilson Ramalho

Diagramação e capa

Autores

Revisão de texto

Autores

Produtor editorial

Laiane Borges

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)



A367

Além das fronteiras: educação ambiental, inclusão e liberdade / Michael Douglas
Sousa Leite et al. -Belém: Home, 2023.

Outros

Renata da Silva Adonias Nunes

Ana Maria Franco Silva

Robênia Nunes da Cruz

Bianca da Silva Araújo

Antonio Barbosa Gomes

Gonçalves Marques Rocha Filho

Alexandra Moreira Silva

Marciana Gomes Sampaio

Mariana Maria Gomes Sampaio

16 x 23 cm

Livro em pdf.

ISBN 978-65-85712-55-2

DOI 10.46898/home.cb4698b4-75b7-4fa0-bb7e-7f028bc805a2

1. Educação. I. Leite, Michael Douglas Sousa et al. II. Título.

CDD 370

Índice para catálogo sistemático

I. Educação.



Todo o conteúdo apresentado neste livro é de responsabilidade do(s) autor(es).
Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-SemDerivações 4.0 Internacional.

Conselho Editorial

Prof. Dr. Ednilson Sergio Ramalho de Souza - UFOPA
(Editor-Chefe)

Prof. Dr. Laecio Nobre de Macedo-UFMA

Prof. Dr. Aldrin Vianna de Santana-UNIFAP

Prof. Dr. Carlos Erick Brito de Sousa-UFMA

Prof^a. Dra. Renata Cristina Lopes Andrade-FURG

Prof. Dr. Clézio dos Santos-UFRRJ

Prof. Dr. Rodrigo Luiz Fabri-UFJF

Prof. Dr. Manoel dos Santos Costa-IEMA

Prof. Dr. Rodolfo Maduro Almeida-UFOPA

Prof. Dr. José Moraes Souto Filho-FIS

Prof. Dr. Deivid Alex dos Santos-UEL

Prof^a. Dra. Maria de Fatima Vilhena da Silva-UFPA

Profa. Dra. Dayse Marinho Martins-IEMA

Prof. Dr. Daniel Tarciso Martins Pereira-UFAM

Prof^a. Dra. Elane da Silva Barbosa-UERN

“Acreditamos que um mundo melhor se faz com a difusão do conhecimento científico”.

Equipe Home Editora

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
CAPÍTULO I: PROMOVENDO A CONSCIÊNCIA AMBIENTAL ATRAVÉS DA PEGADA ECOLÓGICA: UMA ANÁLISE DE ABORDAGENS EDUCATIVAS.....	8
CAPÍTULO II: SUSTENTABILIDADE E LETRAMENTO LITERÁRIO: UMA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL	22
CAPÍTULO III: DISCALCULIA NO DESENVOLVIMENTO DE PROCESSOS LÓGICO-MATEMÁTICOS EM CRIANÇAS	37
CAPÍTULO IV: MÚSICA COMO AUXÍLIO NO DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS COM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM	55
CAPÍTULO V: A LIBERDADE CONDICIONAL NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	77
SOBRE OS ORGANIZADORES	94
SOBRE OS AUTORES	97

APRESENTAÇÃO

Nas páginas deste livro, exploramos um território vasto e interdisciplinar onde convergem questões cruciais da nossa sociedade contemporânea: educação ambiental, inclusão e liberdade. Cada capítulo desta obra representa um mergulho profundo em diferentes domínios do conhecimento, proporcionando uma visão abrangente e rica sobre como essas três temáticas se entrelaçam e influenciam nosso mundo em constante evolução.

O Capítulo I nos convida a refletir sobre a conscientização ambiental por meio da pegada ecológica. Através dessa análise educativa, desvendamos como a pegada ecológica se tornou uma ferramenta indispensável para avaliar o impacto de nossas ações no planeta. A abordagem investigativa oferece insights valiosos sobre como indivíduos, tomadores de decisão e instituições podem abraçar práticas mais sustentáveis e trabalhar coletivamente para preservar nosso ecossistema.

No Capítulo II, desvendamos a conexão entre sustentabilidade, letramento literário e educação ambiental. Ao apresentar a proposta "Chá e Leitura: cultura, aromas e sabores", este capítulo demonstra como a experiência cultural e literária pode se fundir com a conscientização ambiental, promovendo não apenas a alfabetização, mas também uma relação mais profunda entre os indivíduos e o mundo que os rodeia.

O Capítulo III mergulha nas complexidades da discalculia e seu impacto no desenvolvimento lógico-matemático de crianças. Exploramos como a identificação da discalculia se entrelaça com desafios sociais, afetivos e autoestima, e como os educadores desempenham um papel crucial na construção de abordagens personalizadas que capacitam os alunos a superar essas barreiras e encontrar o seu próprio caminho para a aprendizagem matemática.

No Capítulo IV, a música emerge como uma força catalisadora no desenvolvimento de crianças com dificuldades de aprendizagem e interação social. Este capítulo revela como a música transcende barreiras, facilitando a expressão emocional, a comunicação e a aprendizagem, não apenas contribuindo para o desenvolvimento individual, mas também enriquecendo o ambiente educacional como um todo.

Por fim, o Capítulo V conduz-nos pelo intrincado labirinto do ordenamento jurídico brasileiro, onde a liberdade condicional se destaca como um elemento de equilíbrio entre princípios complexos como justiça, ressocialização e segurança. Ao mergulhar em uma revisão sistemática da literatura, exploramos os critérios que norteiam a concessão da liberdade condicional, destacando a necessidade de compreensão profunda das circunstâncias individuais e a busca por um equilíbrio entre os interesses coletivos e individuais.

Neste livro, convidamos você a explorar as interseções entre educação, sociedade e meio ambiente, onde os horizontes se expandem e as possibilidades se multiplicam. Cada capítulo é uma porta de entrada para um universo de conhecimento, reflexão e transformação, proporcionando uma jornada enriquecedora que nos leva além das fronteiras do pensamento convencional.

CAPÍTULO I

PROMOVENDO A CONSCIÊNCIA AMBIENTAL ATRAVÉS DA PEGADA ECOLÓGICA: UMA ANÁLISE DE ABORDAGENS EDUCATIVAS

PROMOTING ENVIRONMENTAL AWARENESS THROUGH THE ECOLOGICAL FOOTPRINT: A REVIEW OF EDUCATIONAL APPROACHES

Miriam Souza Martins¹

Viviane Farias Silva²

Michael Douglas Sousa Leite³

Antonio Barbosa Gomes⁴

Kylvia Luciana Pereira Costa⁵

DOI: 10.46898/home.9786585712552.1

¹ <https://orcid.org/0000-0002-3512-4770>

² <https://orcid.org/0000-0002-5891-0328>

³ <https://orcid.org/0000-0002-9356-1872>

⁴ <https://orcid.org/0009-0008-2589-8810>

⁵ <https://orcid.org/0000-0001-9441-6135>

RESUMO

A pegada ecológica desempenha um papel crucial no estudo do consumo de recursos naturais, desempenhando um papel fundamental no planejamento de políticas destinadas à sustentabilidade, uma vez que é considerada um indicador acessível que fornece entendimento compreensível. Nesse sentido, o presente artigo busca analisar as abordagens educativas que utilizam a pegada ecológica como ferramenta para promover a consciência ambiental e influenciar comportamentos sustentáveis. O artigo é do tipo bibliográfico e qualitativo, que tem como objetivo analisar as abordagens educativas que utilizam a Pegada Ecológica como ferramenta para promover a consciência ambiental. O escopo da pesquisa abrange trabalhos disponíveis no idioma português, obtidos a partir da base de dados do Google Acadêmico. Não há restrições de tempo para a seleção dos estudos, de modo a abranger a gama mais ampla possível de pesquisas relevantes na temática. Os resultados mostraram que a pegada ecológica se revelou como uma abordagem valiosa para avaliar o impacto das atividades humanas no meio ambiente. Através dela, podemos quantificar e visualizar de forma concreta a extensão de nossa pegada ambiental. Essa métrica não apenas identifica os desafios, mas também possibilita que diversos segmentos da sociedade, desde indivíduos até tomadores de decisão e instituições, avaliem seus impactos e trabalhem em direção a práticas mais sustentáveis. A pegada ecológica transcende a análise ao desempenhar um papel comunicativo, focalizando debates, apontando tendências ao longo do tempo e permitindo comparações internacionais. Ela torna evidente a necessidade de uma mudança comportamental, reforçando que a qualidade de vida não pode ser sustentada através da exaustão dos recursos naturais.

Palavras-chave: Consciência Ambiental. Escola. Pegada Ecológica. Sustentabilidade.

ABSTRACT

The ecological footprint plays a crucial role in the study of the consumption of natural resources, playing a key role in planning policies aimed at sustainability, since it is considered an accessible indicator that provides understandable understanding. In this sense, this article seeks to analyze educational approaches that use the ecological footprint as a tool to promote environmental awareness and influence sustainable behavior. The article is bibliographical and qualitative, and aims to analyze educational approaches that use the Ecological Footprint as a tool to promote environmental awareness. The scope of the research covers works available in Portuguese, obtained from the Google Scholar database. There are no time restrictions for the selection of studies, in order to cover the widest possible range of relevant research on the subject. The results showed that the ecological footprint proved to be a valuable approach to assess the impact of human activities on the environment. Through it, we can concretely quantify and visualize the extent of our environmental footprint. This metric not only identifies challenges, but also enables different segments of society, from individuals to decision makers and institutions, to assess their impacts and work towards more sustainable practices. The ecological footprint transcends analysis by playing a communicative role, focusing debates, pointing out trends over time and allowing international comparisons. It makes evident the need for a behavioral change, reinforcing that the quality of life cannot be sustained through the exhaustion of natural resources.

Keywords: Environmental Awareness. School. Ecological footprint. Sustainability.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a crescente preocupação com as questões ambientais tem impulsionado a busca por soluções que possam mitigar os impactos adversos da atividade humana sobre o ecossistema global. Nesse contexto, a noção de pegada ecológica emergiu como uma métrica inovadora que quantifica a demanda humana sobre os recursos naturais e compara esse consumo com a capacidade de regeneração da Terra. A pegada ecológica não apenas oferece uma avaliação tangível do impacto ambiental das atividades humanas, mas também tem se revelado uma ferramenta poderosa na educação ambiental, promovendo uma compreensão mais profunda das interconexões entre a sociedade e o meio ambiente.

A Pegada Ecológica, também conhecida como Ecological Footprint (EF), é uma ferramenta de avaliação proposta por Wackernagel e Rees (1996). Ela representa a extensão de espaço ecológico necessária para manter um sistema ou unidade específica. Essa abordagem consiste em uma métrica que traduz os fluxos de matéria e energia que entram e saem de um sistema econômico, convertendo esses fluxos em uma equivalência de área de terra ou água existente na natureza, necessária para sustentar o funcionamento desse sistema (VAN BELLEN, 2002).

A essência fundamental apresentada pelos autores é que cada indivíduo ou região, enquanto participante de processos distintos, exerce um impacto sobre o planeta, por meio do consumo de recursos e da geração de resíduos. O cálculo da Pegada Ecológica envolve quantificar em hectares a quantidade de terra e água produtivas utilizada para adquirir os recursos consumidos, assim como para absorver os resíduos produzidos. Em geral, essa Pegada Ecológica deve ser menor do que a parte correspondente da superfície ecologicamente produtiva do planeta (LISBOA; BARROS, 2010).

A Pegada Ecológica (PE) é universalmente reconhecida como uma métrica de sustentabilidade, pois tem a capacidade de quantificar o

consumo de recursos naturais, oferecendo dados que viabilizam a avaliação da capacidade de suporte do ecossistema terrestre. Essa abordagem pode calcular a extensão de área de produção utilizada para gerar os recursos necessários para sustentar o modo de vida de indivíduos, cidades, regiões ou nações (REES, 1992).

A PE desempenha um papel crucial no estudo do consumo de recursos naturais, desempenhando um papel fundamental no planejamento de políticas destinadas à sustentabilidade, uma vez que é considerada um indicador acessível que fornece entendimento compreensível. Além disso, ela serve como uma ferramenta valiosa para investigar o grau de uso da terra, permitindo a análise de diferentes cenários relacionados ao uso de recursos naturais e suas potencialidades (IAZDI; PEDROSO, 2020; MARTINS; FONTGALLAND, 2021).

Uma abordagem para atenuar os desafios ambientais reside na sensibilização da população por meio da incorporação da pegada ecológica na Educação Ambiental, tanto formal quanto não-formal. Esse esforço tem o propósito de cultivar cidadãos críticos, engajados e reflexivos, capazes de disseminar esses conhecimentos para a sociedade (CARDOSO et al., 2021; MARTINS; FONTGALLAND, 2021).

A escola desempenha um papel fundamental como um ambiente de experiências que têm o potencial de fomentar a construção de conhecimentos e valores. Frequentemente, esses elementos emergem por meio de uma análise crítica dos diferentes processos que ocorrem dentro e fora do ambiente escolar. A capacidade da escola de compreender plenamente o conceito de ambiente e de identificar as mudanças necessárias para a sua melhoria é vasta (SOARES, 2023).

No âmago do processo educacional, é imperativo considerar as facetas do dia a dia e a forma como educadores, estudantes e cidadãos em geral percebem e enfrentam as questões sociais e ambientais presentes em suas realidades. Em consonância com a visão da UNESCO (1998), é de crucial importância cultivar habilidades que transcendam o aprendizado convencional. Isso envolve aprender a ser, a conviver, a

conhecer e a fazer. Dessa maneira, são forjados indivíduos mais empáticos, participativos e envolvidos com o mundo ao seu redor, capacitados a promover o bem-estar coletivo (SOARES, 2023).

A educação ambiental no contexto escolar, incluindo o ensino sobre a Pegada Ecológica, desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos conscientes e preparados para assumir responsabilidades socioambientais, com foco no bem-estar das gerações futuras. A Educação Ambiental proporciona a percepção ambiental essencial para a formação dos alunos (SANTOS; GARDOLINSKI, 2016; MARTINS; FONTGALLAND, 2021).

O presente estudo visa explorar a aplicação da pegada ecológica como uma ferramenta de educação ambiental. A conscientização pública sobre os impactos ambientais das escolhas cotidianas é crucial para engajar indivíduos e comunidades na busca por práticas mais sustentáveis. Ao analisar diversas abordagens educativas que utilizam a pegada ecológica como ponto focal, este estudo busca identificar as estratégias mais eficazes para promover a consciência ambiental e incentivar a mudança de comportamento em direção a um estilo de vida mais ecologicamente equilibrado.

O objetivo geral deste estudo é analisar as abordagens educativas que utilizam a pegada ecológica como ferramenta para promover a consciência ambiental e influenciar comportamentos sustentáveis.

2 METODOLOGIA

O presente artigo é do tipo bibliográfico e qualitativo, que tem como objetivo analisar as abordagens educativas que utilizam a Pegada Ecológica como ferramenta para promover a consciência ambiental. O escopo da pesquisa abrange trabalhos disponíveis no idioma português, obtidos a partir da base de dados do Google Acadêmico. Não há restrições

de tempo para a seleção dos estudos, de modo a abranger a gama mais ampla possível de pesquisas relevantes na temática.

A coleta de dados foi conduzida por meio de buscas sistemáticas no Google Acadêmico, empregando termos de pesquisa como "Pegada Ecológica", "Educação Ambiental", "Consciência Ambiental" e outras palavras-chave relacionadas. A pesquisa foi restrita ao idioma português para garantir a relevância cultural e contextual da literatura selecionada.

Foram considerados para inclusão na revisão artigos acadêmicos, dissertações, teses e outras publicações que abordassem diretamente a temática da utilização da Pegada Ecológica como ferramenta de educação ambiental. Trabalhos que discutiam experiências práticas, estratégias de ensino, impactos na consciência ambiental e mudanças comportamentais foram considerados relevantes.

Foram excluídos estudos que não apresentavam vínculo direto com a temática da Pegada Ecológica e da educação ambiental, bem como aqueles não disponíveis em língua portuguesa.

Os estudos selecionados foram submetidos a uma análise detalhada, que incluiu a identificação de abordagens educativas específicas, metodologias empregadas, grupos-alvo, resultados obtidos e considerações finais. A análise teve como foco entender como a utilização da Pegada Ecológica tem sido aplicada para promover a conscientização ambiental em diferentes contextos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Cidin e Silva (2004) destaca que a pegada ecológica oferece uma medida da nossa pegada ambiental, identificando desafios e permitindo que todos os setores da sociedade, desde tomadores de decisão até organizações públicas e privadas, possam avaliar seus impactos. Além disso, ela se torna uma ferramenta valiosa para elaborar estratégias e cenários futuros que sejam aplicáveis em diferentes escalas - desde o

nível individual até o global - em direção à sustentabilidade. A sua utilidade não se limita apenas à análise, mas também à comunicação, ao focar debates, sinalizar tendências ao longo do tempo e possibilitar comparações internacionais.

Todas essas considerações acentuam a responsabilidade não somente das gerações atuais, mas também das futuras, em contribuir para uma vida que seja satisfatória e viável para todos. O interesse crescente nessa ferramenta e sua crescente lista de aplicações atestam sua relevância analítica e seu papel como meio de comunicação e educação acerca da urgência da sustentabilidade (CIDIN; SILVA 2004).

Nesse contexto, a importância de optar por um caminho mais adequado e sustentável torna-se evidente, a fim de garantir a preservação do nosso planeta e a sobrevivência de todas as formas de vida. Essa escolha deve ser baseada na busca pela qualidade, não apenas na quantidade.

As escolas desempenham um papel essencial nesse processo, necessitando aumentar o foco na abordagem desses tópicos. Isso garantiria que o conhecimento adquirido e aplicado ultrapasse as barreiras escolares e se torne um catalisador para inspirar mudanças positivas e ações significativas por parte das pessoas.

Soares (2023) realizou ações de educação ambiental em uma escola pública, direcionadas aos alunos do primeiro ano do ensino médio. Com o objetivo de estimular a consciência ambiental por meio de um conjunto organizado de atividades, foi empregada uma abordagem que integra a pegada ecológica como ferramenta de gestão ambiental, juntamente com a estratégia pedagógica conhecida como "sala de aula invertida.

Para Soares (2023) a implementação em sala de aula pode contribuir para uma educação ambiental mais crítica. Isso requer a presença ativa do professor-mentor em todos os estágios e a orientação dos alunos para despertar e desenvolver sua consciência ambiental dentro do grupo. A abordagem interdisciplinar emerge como uma estratégia ideal para aprofundar as questões ambientais, auxiliada pelo

uso de tecnologias digitais e pela produção de textos que se aprofundam no tópico.

Os resultados de Soares (2023) mostram que a utilização da ferramenta da pegada ecológica estimula a sensibilidade dos alunos em relação às questões ambientais do dia a dia. Esse estímulo, combinado com outras estratégias educacionais empregadas na sequência didática proposta, culmina em um desenvolvimento gradual da conscientização ambiental nos alunos.

Santos; Xavier e Peixoto (2008) destacam que o principal propósito desse indicador é oferecer suporte à tomada de decisões e incentivar a criação e a manutenção de uma consciência pública em relação aos desafios ambientais. Isso enfatiza a necessidade de cada nação buscar seu desenvolvimento de maneira sustentável, garantindo que as demandas das gerações futuras não sejam comprometidas. Além disso, esse indicador viabiliza comparações entre diferentes regiões e países, uma vez que avalia como o consumo de recursos provenientes das atividades humanas se relaciona com a capacidade de sustentação da natureza. Dessa forma, ele permite determinar se os impactos globais no ambiente são ou não viáveis a longo prazo.

Silva (2019) buscou empregar a metodologia da Pegada Ecológica como uma ferramenta orientadora para implementar práticas sustentáveis na EEIMVR/UFF. Nesse estudo, foi notado que existem diversas oportunidades para implementar estratégias de gestão visando a redução da Pegada Ecológica. Essas estratégias envolveriam toda a comunidade acadêmica, promovendo conscientização e incentivando a contribuição para a formação de profissionais conscientes. Algumas das possíveis ações incluem o uso de papel reciclado, divulgação de iniciativas sustentáveis e seus impactos ambientais, colaborações com projetos de extensão, a implementação de sistemas de captação de água da chuva para manutenção de áreas verdes, investimentos em energia solar, parcerias com órgãos de financiamento, colaboração com cooperativas de reciclagem, busca por apoio parlamentar para projetos

sustentáveis e acordos com a prefeitura para iniciativas de plantio de árvores e adoção de transporte elétrico para alunos.

Algumas ações sustentáveis, como a reciclagem de resíduos sólidos, já estão em andamento na unidade por meio de um projeto de extensão voltado para produtos elétricos e eletrônicos (SILVA, 2019).

Lamim-Guedes (2015) relata que uma das vantagens notáveis da avaliação da pegada ecológica reside na sua capacidade de medir se estamos vivendo dentro dos limites ambientais ou excedendo. Há diferentes cenários possíveis para a pegada ecológica global, que refletem o uso excessivo de recursos naturais, consumo excessivo, degradação ambiental e geração considerável de resíduos. Esses são os rastros deixados por uma sociedade que muitas vezes se sente desconectada da natureza. A variação da pegada ecológica decorre diretamente dos comportamentos da população, destacando a importância das mudanças comportamentais.

A pegada ecológica é uma representação direta e clara do impacto das nossas ações no meio ambiente. Por essa razão, ela possui um valor significativo em contextos educacionais. Além disso, o componente intrínseco da Educação Ambiental é a alteração de comportamento. Isso pode englobar a redução do consumo, adoção de práticas de menor poluição - como a preferência por transporte público ao invés do carro, aquisição de produtos socialmente justos e produzidos de forma ambientalmente responsável (LAMIM-GUEDES, 2015).

A sustentabilidade, assim, está inextricavelmente ligada à reavaliação de valores e padrões de desenvolvimento que possam moderar o crescimento populacional e, conseqüentemente, o consumo. O planejamento industrial deve ser baseado em uma nova dimensão de desenvolvimento, harmonizando processos socioeconômicos, recursos naturais e a estabilização da população em níveis que não excedam a capacidade de suporte do planeta. O crescimento indica um aumento populacional significativo, com recursos escassos para cada indivíduo,

sublinhando a inviabilidade de um crescimento e desenvolvimento simultâneos (LAMIM-GUEDES, 2015).

Martins e Fontgalland (2021) avaliaram a percepção da população da cidade de Campina Grande – PB, sobre a pegada ecológica. Os resultados mostraram que a maioria dos participantes do estudo tinha um entendimento significativo das questões ambientais, possuindo conhecimento sobre o meio ambiente. Ficou claro que eles já tinham ouvido falar sobre o assunto. No entanto, quando questionados sobre a Pegada Ecológica, revelaram uma lacuna nesse conhecimento específico.

A investigação de caso revelou que mais de 60% das pessoas estão familiarizadas com a Pegada Ecológica, e esses indivíduos também têm um interesse genuíno em tópicos relacionados ao meio ambiente. Dentro do grupo pesquisado, apenas uma minoria não tinha conhecimento sobre a Pegada Ecológica. Diante dos resultados obtidos, é evidente que algumas pessoas possuem familiaridade com a Educação Ambiental. No entanto, é importante reconhecer que ter conhecimento não é suficiente. É crucial que ações sejam tomadas para contribuir com a preservação do meio ambiente, garantindo a sua saúde para as gerações presentes e futuras (MARTINS; FONTGALLAND, 2021).

As autoras destacam a necessidade de uma mudança no estilo de vida, ao invés de simplesmente aguardar a exaustão dos recursos naturais. É necessário adotar uma abordagem que permita a coexistência duradoura desses recursos. Nesse contexto, a Educação Ambiental surge como o meio para despertar a consciência ambiental. É recomendável intensificar a Educação Ambiental, tanto no contexto formal quanto não-formal, pois essa conscientização precisa ser cultivada desde sua base (MARTINS; FONTGALLAND, 2021).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo, exploramos o potencial da abordagem educativa utilizando a Pegada Ecológica como uma ferramenta para promover a conscientização ambiental. Os resultados e discussões apresentados ao longo deste trabalho reforçam a importância crescente de considerar a pegada ecológica não apenas como uma métrica, mas também como um meio eficaz de comunicação e sensibilização ambiental. Nesse contexto, as considerações finais buscam resumir e destacar os principais pontos discutidos ao longo deste estudo.

A pegada ecológica se revelou como uma abordagem valiosa para avaliar o impacto das atividades humanas no meio ambiente. Através dela, podemos quantificar e visualizar de forma concreta a extensão de nossa pegada ambiental. Essa métrica não apenas identifica os desafios, mas também possibilita que diversos segmentos da sociedade, desde indivíduos até tomadores de decisão e instituições, avaliem seus impactos e trabalhem em direção a práticas mais sustentáveis. A pegada ecológica transcende a análise ao desempenhar um papel comunicativo, focalizando debates, apontando tendências ao longo do tempo e permitindo comparações internacionais. Ela torna evidente a necessidade de uma mudança comportamental, reforçando que a qualidade de vida não pode ser sustentada através da exaustão dos recursos naturais.

A educação ambiental emerge como um catalisador vital para impulsionar mudanças positivas em relação à conscientização ambiental e à adoção de comportamentos mais sustentáveis. A incorporação da pegada ecológica nas estratégias educacionais representa uma abordagem eficaz para sensibilizar os alunos sobre suas interações com o meio ambiente. Através dessa abordagem, os estudantes podem ser capacitados a compreender a relação entre suas ações cotidianas e seus impactos ambientais, incentivando a reflexão e o engajamento ativo na busca por soluções sustentáveis.

Nossas descobertas evidenciam que as práticas educacionais que integram a pegada ecológica podem desencadear um desenvolvimento gradual da conscientização ambiental entre os alunos. Essa abordagem não apenas oferece um conhecimento mais profundo das questões ambientais, mas também estimula a sensibilidade para os desafios enfrentados pelo planeta. No entanto, fica claro que a implementação bem-sucedida requer a presença ativa de professores como mentores, orientando os alunos no processo de despertar sua consciência ambiental.

Considerando a complexidade dos problemas ambientais que enfrentamos atualmente, é imperativo adotar abordagens interdisciplinares e estratégias pedagógicas inovadoras. A pegada ecológica, em conjunto com outras ferramentas educativas, pode servir como uma base sólida para a promoção de uma mudança de paradigma na relação entre a humanidade e o meio ambiente. Portanto, instamos as instituições educacionais a adotar e intensificar a incorporação da pegada ecológica e temas relacionados à sustentabilidade em seus currículos, a fim de formar cidadãos mais conscientes, responsáveis e comprometidos com a preservação do nosso planeta para as gerações futuras.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, D. C. C.; et al. **A educação não formal no processo de formação dos indivíduos com práticas de educação ambiental e a reutilização do resíduo sólido de madeira palete em Lages – SC.** Instituto Brasileiro de Estudos Ambientais – IBEAS. Gramado/RS, 2021.

CIDIN, R. da C. P. J.; SILVA, R. S. da. Pegada Ecológica: instrumento de avaliação dos impactos antrópicos no meio natural. **Estudos Geográficos, Rio Claro**, v. 2, n. 1, p. 43-52, 2004.

LAMIM-GUEDES, V. Pegada ecológica como recurso didático em atividades de educação ambiental on-line. **Educação Unisinos**, v. 19, n. 2, p. 283-289, 2015.

LISBOA, C. K.; BARROS, M. V. F. A pegada ecológica como instrumento de avaliação ambiental para a cidade de Londrina. **Confins**, v. 1, n. 8, 2010.

MARTINS, M. S.; FONTGALLAND, I. L. A Pegada Ecológica como instrumento de educação ambiental: o estudo de caso da cidade de Campina Grande-PB. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 15, 2021.

REES, W. E. Ecological footprints and appropriated carrying capacity: what urban economics leaves out. **Environment and Urbanization**, v. 4, n. 2, 1992.

SANTOS, M. F. R. F. dos.; XAVIER, L. de S.; PEIXOTO, J. A. A. Estudo do indicador de sustentabilidade "Pegada Ecológica": uma abordagem teórico-empírica. **Revista Ibero Americana de Estratégia**, v. 7, n. 1, p. 29-37, 2008.

SANTOS, S. P.; GARDOLINSKI, M. T. H. A. A importância da Educação Ambiental nas escolas para a construção de uma sociedade sustentável. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Pós-graduação em Sustentabilidade e Políticas Públicas) Uninter, 2016.

SILVA, L. S da. Aplicação da pegada ecológica em instituições de ensino superior: o caso da Escola de Engenharia Industrial e Metalúrgica de Volta Redonda - UFF. **Dissertação** (Curso de Pós-graduação em Tecnologia Ambiental), Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, 2019.

SOARES, R. V. S. uso da ferramenta "Pegada ecológica" na educação ambiental com alunos do 1º ano em ensino híbrido. **Dissertação** (Programa de Pós-Graduação em Ensino de Biologia), Universidade Federal de Minas Gerais, 2023.

UNESCO. **Educação: um Tesouro a Descobrir**. São Paulo: Cortez. Brasília, DF. 1998.

VAN BELLEN H. M. Indicadores de Sustentabilidade: uma análise comparativa. **Tese** (Doutorado em Engenharia de Produção), Universidade Federal de Santa Catarina, CPGEP/UFSC, 2002.

WACKERNAGEL M.; REES W. **Our ecological footprint, The new catalyst bioregional series**. Gabriola Island, B.C.: New Society Publishers, 1996.

CAPÍTULO II

SUSTENTABILIDADE E LETRAMENTO LITERÁRIO: UMA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

*SUSTAINABILITY AND LITERARY LITERACY: A RELATIONSHIP
WITH ENVIRONMENTAL EDUCATION*

Robênia Nunes da Cruz¹

Rosilda Maria Silva²

Ilenice Pereira da Silva³

DOI: 10.46898/home.9786585712552.2

¹ <http://lattes.cnpq.br/1744542081930523>

² <http://lattes.cnpq.br/1658070347658293>

³ <http://lattes.cnpq.br/3858463258817828>

RESUMO

Este trabalho apresenta abordagens acerca da Educação Ambiental numa perspectiva da sustentabilidade e do letramento literário. A Educação Ambiental deve atuar na compreensão crítica dos problemas socioambientais, constituindo-se num desafio de todos. Nesse pressuposto, pretendemos reunir Educação Ambiental, Sustentabilidade e Letramento Literário como práticas de conscientização ambiental, cultural e leitora, com o objetivo de fomentar o hábito e a formação de leitores. Para tanto, surge a proposta Chá e Leitura - cultura, aromas e sabores que propõe o contato prazeroso dos estudantes com diferentes gêneros discursivos. A metodologia contempla a formação de professores e estudantes, implementação da proposta pedagógica, implantação da farmácia viva e vivências de leitura. A abordagem se fundamenta nas orientações da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), da Lei nº 9795/1999, das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental (DCNEA), da Resolução nº 02/2012, das orientações para criação das Escolas Sustentáveis (MEC/MMA, 2012), do Plano Municipal de Educação, Lei nº 6.050/ 2015, da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), Bakhtin (2016) e Soares (2012). Os resultados mostraram que a implementação do Programa "Plantar" por meio da proposta pedagógica "Chá e Leitura: cultura, aromas e sabores" se revelou uma combinação harmoniosa que integrou a prática leitora, o pensamento científico e o literário. Ao convergir sustentabilidade, bem-estar e a promoção de práticas leitoras, culturais e de conscientização ambiental na rotina escolar, mediadas pela Escola, essa abordagem se destaca como uma oportunidade para um esforço coletivo, interdisciplinar e colaborativo em todo o ecossistema educacional.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Letramento Literário. Sustentabilidade.

ABSTRACT

This work presents approaches about Environmental Education from a perspective of sustainability and literary literacy. Environmental Education must act in the critical understanding of socio-environmental problems, constituting a challenge for all. In this assumption, we intend to bring together Environmental Education, Sustainability and Literary Literacy as practices of environmental, cultural and reading awareness, with the aim of fostering the habit and training of readers. Therefore, the proposal Tea and Reading - culture, aromas and flavors appears, which proposes the pleasant contact of students with different discursive genres. The methodology includes the training of teachers and students, implementation of the pedagogical proposal, implementation of the living pharmacy and reading experiences. The approach is based on the guidelines of the National Environmental Education Policy (PNEA), Law n° 9795/1999, the National Curriculum Guidelines for Environmental Education (DCNEA), Resolution n° 02/2012, the guidelines for the creation of Sustainable Schools (MEC /MMA, 2012), the Municipal Education Plan, Law n° 6.050/2015, the National Common Curricular Base (BNCC, 2018), Bakhtin (2016) and Soares (2012). The results showed that the implementation of the "Plantar" Program through the pedagogical proposal "Tea and Reading: culture, aromas and flavors" proved to be a harmonious combination that integrated reading practice, scientific and literary thinking. By converging sustainability, well-being and the promotion of reading, cultural and environmental awareness practices in the school routine, mediated by the School, this approach stands out as an opportunity for a collective, interdisciplinary and collaborative effort throughout the educational ecosystem.

Keywords: Environmental Education. Literary Literacy. Sustainability.

1 INTRODUÇÃO

No contexto contemporâneo, marcado por desafios ambientais cada vez mais prementes, a busca por práticas e abordagens que promovam a conscientização e a transformação em relação à sustentabilidade tem adquirido uma relevância ímpar. A interconexão entre o meio ambiente, a sociedade e a cultura tornam evidente a necessidade de explorar abordagens inovadoras e eficazes para promover a educação ambiental, a conscientização ecológica e a formação de cidadãos comprometidos com a preservação do planeta.

Nesse contexto, emerge a relação entre sustentabilidade e letramento literário como um campo promissor para a promoção de uma educação ambiental mais significativa e engajadora. O letramento literário, compreendido como a capacidade de compreender, analisar e interpretar textos literários, oferece não apenas um acesso enriquecedor ao mundo das letras, mas também pode desempenhar um papel vital na sensibilização para as questões ambientais.

Nesse sentido, este artigo pretende explanar embasamentos teóricos e metodológicos desenvolvidos na implementação do Programa de Educação Ambiental e Sustentabilidade - Plantar, da Rede Municipal de Ensino de Campina Grande-PB, como uma prática educativa integrada, interdisciplinar e transversal. Nesse intento, buscam-se meios inovadores que possam engajar educadores e estudantes para o desenvolvimento de uma consciência crítica, que se preocupa com a qualidade de vida e o bem-estar social e ambiental a partir de ações cidadãs de hoje, que não comprometa as gerações futuras (BOFF, 2012). Além disso, o Programa desperta os educadores e estudantes para um letramento literário e pensamento científico sustentável.

Logo, entende-se que o desafio da Educação Ambiental está relacionado ao respeito e ao compromisso com a vida na terra, por meio das mudanças de valores, comportamentos, sentimentos e atitudes que favoreçam a construção de sociedades sustentáveis. E sendo a educação

um agente transformador dentro da sociedade, a formação de cidadãos conscientes e críticos fortalecem as práticas sustentáveis, ou seja, a partir do acesso ao conhecimento, educadores e estudantes serão capazes de gerar grandes mudanças de comportamentos e atitudes que, por sua vez, trarão mudanças sociais, históricas e conceituais.

Para intensificar a implementação do Programa Plantar sentiu-se a necessidade de associar a Educação Ambiental às vivências de leitura como forma de engajar os estudantes com o letramento literário. Nesse contexto, a literatura passa a ser uma ferramenta para a educação ambiental por meio do lúdico, divertido e do imaginário, pois oferece a liberdade da imaginação, da construção dos sentidos, da aventura dentro da própria capacidade de interpretação do mundo, possibilitando inclusive, com o tempo, novas (re)interpretações. É imprescindível destacar a relevância da leitura como um meio intrínseco de produção de reflexão e conhecimento.

Para Bakhtin (2016) a linguagem assim como o processo de leitura trata-se de um ato interativo, portanto dialógico no qual pressupõe outros construtos do referido autor tais como enunciado, enunciação, atitude responsiva ativa, cooperação e heteroglossia. No entanto, em uma leitura literária em que a linguagem subjetiva do autor exige do leitor mais atenção, pode ser que este encontre dificuldades em realizá-la. Dessa forma, decidiu-se realizar um trabalho cuja finalidade é desenvolver estratégias conscientes de leitura para a formação do leitor literário.

Assim, é fundamental que a escola, lugar institucional de formação humana integral, possibilite vivências e interações sociais com o ambiente de forma responsável, respeitosa, cuidadosa e prazerosa, como forma de crescimento e enriquecimento que garantam a formação de atitudes e práticas sustentáveis.

Entretanto, para que haja tais transformações, acreditamos ser preciso informação e conhecimento acumulados historicamente. Para tanto, o ponto de partida foi a proposta pedagógica “Chá e Leitura - cultura, aromas e sabores” com a intenção de estimular e desenvolver

práticas leitoras, culturais e de conscientização ambiental na rotina escolar, usando elementos do nosso cotidiano. O Chá e Leitura nos aponta para uma perspectiva bakhtiniana de leitura enquanto encontro. Com isso, acreditamos que a Educação Ambiental e o fomento à leitura devem ser práticas constantes, ativas e mediadas na e pela Escola.

A justificativa para o estudo da relação entre sustentabilidade e letramento literário encontra apoio na crescente necessidade de abordagens educacionais que transcendam os aspectos meramente informativos da educação ambiental. Embora informações científicas e dados sejam essenciais, a mudança de comportamento sustentável muitas vezes requer uma abordagem que envolva emoções, empatia e conexões pessoais com as questões ambientais. A literatura, por sua natureza narrativa e emocional, tem o potencial de tocar as fibras sensíveis dos indivíduos e inspirar uma compreensão mais profunda e uma ação mais comprometida em relação ao meio ambiente.

2 REVISÃO LITERÁRIA

2.1 Educação Ambiental e Sustentabilidade

Para entender a importância da Educação Ambiental é fundamental a compreensão do seu histórico, os seus princípios, os seus objetivos e legislação, considerando os fundamentos conceituais que norteiam a Educação Ambiental, com foco na sustentabilidade e na preservação da vida na terra.

A Educação Ambiental é definida, no Artigo 1º da Lei nº 9.795/99, como processos por meio dos quais o indivíduo e a sociedade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, essencial para a qualidade de vida e sustentabilidade.

Além disso, a Constituição Federal de 1988 menciona a Educação Ambiental como um componente essencial para a qualidade de vida ambiental. Atribui-se ao Estado o dever de “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (Art. 225, §1º, Inciso VI), surgindo, assim, o direito constitucional de todos os cidadãos brasileiros terem acesso à educação ambiental.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, a Educação Ambiental, no Art. 2, é considerada uma dimensão da educação, que deve assegurar o desenvolvimento dos seres humanos no caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental.

Cabe ainda dizer que, em 25 de setembro de 2015, a Assembleia Geral da ONU adotou a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (UNITED NATIONS, 2015). Esse marco global redireciona a humanidade para um caminho sustentável, que preza pelo respeito à vida, com justiça ambiental, equidade, diversidade e sustentabilidade. No centro da Agenda 2030 estão os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os ODS universais, transformadores e inclusivos, descrevem os principais desafios de desenvolvimento para a humanidade.

O propósito dos 17 ODS é garantir uma vida sustentável, pacífica, próspera e equitativa na Terra para todos, agora e no futuro. Os objetivos abrangem desafios globais que são fundamentais para a sobrevivência da humanidade.

No entanto, apesar dos esforços da Assembleia Geral da ONU com a adoção da Agenda 2030, o meio ambiente apresenta nítidos sinais de esgotamento, com a contaminação dos recursos hídricos, a desertificação, a destruição da camada de ozônio, o aquecimento global, a escassez de água, desaparecimento de florestas e de espécies da fauna e da flora.

Posto isso, entendendo a imprescindibilidade da preservação e conservação da vida no planeta, começa-se a perceber inúmeras contradições causadas pelo esgotamento sem precedentes dos recursos naturais por modos de vida destruidores e, conforme Leonardo Boff, “por nossa falta de cuidado para com a vida”. É importante ressaltar que o mundo vem passando por mudanças críticas associadas às alterações climáticas, surgimento e propagação de doenças infecciosas, perda da biodiversidade, violação dos direitos humanos e aumento da pobreza (UNESCO, 2002).

Cabe dizer, ainda, que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento orientador da Educação Básica brasileira, determina o ensino centrado no desenvolvimento de competências e habilidades, as quais possibilitam aos estudantes de se perceberem como sujeitos com histórias construídos nas interações com outras pessoas, tanto do entorno social mais próximo quanto do universo da cultura. Logo, entendendo a importância desse tema para a construção do sujeito social, consciente, responsável e participativo a BNCC apresenta competências gerais: agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomada de decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Dessa forma, a Educação Ambiental, a Sustentabilidade e o Letramento Literário possibilitam a sensibilização do estudante em relação à construção de conhecimentos e tomadas de decisões que favoreçam a compreensão de um ambiente sustentável, que respeita os direitos humanos, a cultura e a qualidade de vida no planeta, assim como de influenciar diretamente na comunidade, disseminando conceitos e atitudes capazes de privilegiar a sustentabilidade ambiental.

2.2 Letramento Literário

É imprescindível para a escola a formação de leitores críticos como um meio intrínseco de produção de conhecimentos. E, nesse sentido, a literatura permitirá uma abordagem lúdica e envolvente acerca da Educação Ambiental e proporcionará a construção e mudança de valores. Nesse sentido, o letramento literário será uma ferramenta em prol da Educação Ambiental e Sustentabilidade, envolvendo as vivências de leitura.

Partindo do pressuposto do conceito de leitura como um encontro, segundo Bakhtin, o letramento literário permite pensar as esferas da vida humana como instâncias nas quais se produzem enunciados em que os sujeitos assumem uma posição, uma atitude responsável em relação à vida. Assim, a leitura passa a ser concebida como uma ação interativa, em que a linguagem e seu caráter dialógico, trata-se de um processo que envolve o sujeito e as experiências sócio-históricas e culturais que o constitui.

No que concerne à leitura, Bakhtin (1997) propõe um processo de interação entre o leitor, o texto e o autor tal como a leitura interativa a concebe. Tomando a leitura como um ato de interação entre os sujeitos, esse estudioso suscita a relação de cooperação entre esses três elementos, uma vez que, no processo de produção de sentido as significações são edificadas por meio das informações elaboradas por cada um desses três elementos.

Marcuschi (2010) também defende que a compreensão humana depende da cooperação mútua, já que o processo de leitura não consiste apenas na identificação dos códigos da língua, na realidade tal processo abrange a elaboração de sentidos com base nas informações que o autor deseja discutir. Voltada para a compreensão de obras literárias, a cooperação segundo Bakhtin (2006), visa observar e compreender outra consciência, a do autor do texto, que por envolver dois sujeitos pressupõe também uma prática dialógica.

A leitura promove uma articulação do leitor com o mundo que o cerca, já que é a partir da habilidade da leitura que o indivíduo é capaz de se inserir no mundo letrado. Para Lerner (2002), ler é entrar em outros mundos possíveis [...] é tirar carta de cidadania no mundo da cultura escrita. Assim, o ensino da leitura não deve estar dissociado da realidade existente fora da escola. A escola tem o papel social na formação de cidadãos plenos de direitos e capazes de atuar no mundo em que vivem.

3 METODOLOGIA

A implementação do Programa de Educação Ambiental e Sustentabilidade - Plantar, da Rede Municipal de Ensino de Campina Grande – PB, como uma prática educativa integrada, interdisciplinar e transversal, se deu com a busca de novas estratégias que envolvessem a Educação Ambiental, Sustentabilidade e Letramento Literário.

Para tanto, foi lançada a proposta pedagógica Chá e Leitura: cultura, aromas e sabores como uma boa combinação que envolve a prática leitora, o pensamento científico e literário. É importante dizer que a leitura ocupa todos os espaços sociais e que vivemos imersos em textos, nos comunicamos através de textos, criamos vínculos e afetos por meio das palavras. Assim, a proposta do Chá e Leitura nos aponta para uma perspectiva bakhtiniana de leitura enquanto encontro.

Nosso propósito em congregar sustentabilidade, bem-estar e leitura no Chá e Leitura: cultura, aromas e sabores é estimular e desenvolver práticas leitoras, culturais e de conscientização ambiental na rotina escolar, usando elementos do nosso cotidiano. O fomento à leitura e à cultura tornou-se práticas constantes, ativas e mediadas na/e pela Escola.

Sendo assim, a proposta pedagógica Chá e Leitura: cultura, aromas e sabores orientará o planejamento do professor que deverá contemplar uma perspectiva interdisciplinar e transversal. É importante ressaltar

que, para a formação dos estudantes, o desenvolvimento das aprendizagens guiar-se-á por critérios de dinamicidade e contextualização. Tais ações oferecerão meios efetivos para que professores implementem a proposta pedagógica com a implantação da farmácia viva e as vivências de leitura.

Dentre essas possibilidades, educadores e estudantes precisam ser “encantados” com a consciência de cuidar do mundo e a literatura contribui de maneira decisiva, uma vez que favorece a formação do caráter, o desenvolvimento da cidadania e a afirmação da identidade. A literatura por meio de seus encantamentos, enquanto arte, contribui para a consciência de si próprio e do outro.

A proposta pedagógica Chá e Leitura: cultura, aromas e sabores baseia-se no estudo da literatura, na contação de histórias e na mediação de leitura, objetos de estudo e sensibilização.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente artigo destaca os resultados alcançados por meio da implementação da proposta "Chá e Leitura: cultura, aromas e sabores" na Rede Municipal de Ensino de Campina Grande-PB. A abordagem teve como foco o engajamento de educadores por meio de formações continuadas, beneficiando aproximadamente 270 profissionais, bem como o envolvimento de 1.250 estudantes e a mobilização de técnicos e gestores de 10 escolas municipais. O público-alvo da proposta compreendeu os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, abrangendo do 1º ao 5º ano, além da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Conforme destacado por Freire (1998), a educação é uma forma de intervenção que requer a tomada consciente de decisões. Nesse contexto, a proposta "Chá e Leitura" buscou efetivar essa intervenção ao envolver educadores e estudantes como protagonistas no processo de construção e reconstrução do conhecimento. Ao implementar uma abordagem

interdisciplinar e transversal, a proposta não apenas alinhou-se à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) brasileira, mas também trouxe resultados tangíveis.

Um dos resultados notáveis foi o engajamento dos educadores nas formações continuadas. A participação ativa de aproximadamente 270 educadores demonstra o interesse e a disposição da equipe docente em adotar práticas inovadoras que transcendam os limites tradicionais da educação. Essa formação proporcionou um espaço para a troca de ideias, a reflexão conjunta e o desenvolvimento profissional, potencializando a capacidade dos educadores de conduzir práticas pedagógicas mais ricas e envolventes.

O impacto se estendeu além dos educadores, alcançando diretamente 1.250 estudantes. Ao integrar o letramento literário, a educação ambiental e a sustentabilidade, a proposta "Chá e Leitura" proporcionou um ambiente de aprendizado significativo, onde os estudantes puderam explorar temas pertinentes à sua realidade, sensibilizando-se para questões ambientais e éticas de maneira acessível e envolvente. Através da literatura, histórias e diálogos, os estudantes foram incentivados a se tornarem agentes ativos na promoção da sustentabilidade.

Além disso, a mobilização de técnicos e gestores escolares de 10 escolas municipais ressalta a importância da liderança educacional na implementação de práticas transformadoras. O apoio desses profissionais contribuiu para a criação de um ambiente propício à inovação educacional, incentivando a adoção de abordagens interdisciplinares que se alinham às demandas do mundo contemporâneo.

Ao considerar esses resultados, percebe-se que a proposta "Chá e Leitura: cultura, aromas e sabores" transcendeu a simples transmissão de informações. Ela se transformou em um veículo para o engajamento ativo, a conscientização e a transformação, cumprindo o propósito da educação como uma intervenção que promove a construção conjunta do

saber. Essa abordagem não apenas atendeu aos objetivos educacionais, mas também preparou educadores e estudantes para enfrentar os desafios de uma sociedade em constante evolução.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação do Programa "Plantar" por meio da proposta pedagógica "Chá e Leitura: cultura, aromas e sabores" se revelou uma combinação harmoniosa que integrou a prática leitora, o pensamento científico e o literário. Ao convergir sustentabilidade, bem-estar e a promoção de práticas leitoras, culturais e de conscientização ambiental na rotina escolar, mediadas pela Escola, essa abordagem se destaca como uma oportunidade para um esforço coletivo, interdisciplinar e colaborativo em todo o ecossistema educacional.

O cerne da proposta reside na criação de espaços propícios para vivências leitoras que transcendam o simples ato de ler. Ela se propõe a favorecer a construção de conhecimento por meio da circulação efetiva da cultura, da ciência e do letramento literário. Através de um diálogo prazeroso entre a literatura e a educação ambiental, busca-se engajar os estudantes e educadores em uma jornada de descoberta, reflexão e ação em prol da sustentabilidade e do bem-estar.

A proposta não apenas enriquece as práticas educacionais, mas também ressoa com as demandas contemporâneas por uma abordagem educacional mais completa e engajadora. Ao estimular o desenvolvimento de competências leitoras e a consciência ambiental, ela contribui para a formação de cidadãos ativos, críticos e sensíveis aos desafios do mundo atual.

Portanto, a proposta "Chá e Leitura: cultura, aromas e sabores" transcendeu a simples aplicação de conteúdo, tornando-se uma plataforma para a (co)criação de saberes, atitudes e valores. Ao fomentar a sinergia entre a literatura e a educação ambiental, ela inspira uma nova

forma de ensinar e aprender, onde os limites entre disciplinas se desvanecem para dar lugar a uma abordagem holística e transformadora.

Como resultado, essa abordagem não apenas contribui para uma educação mais rica e significativa, mas também pavimenta o caminho para uma comunidade escolar comprometida com a promoção da sustentabilidade, do respeito ao meio ambiente e da construção de um futuro mais consciente e equitativo. Assim, a proposta "Chá e Leitura: cultura, aromas e sabores" reafirma a força do diálogo entre literatura e educação ambiental como uma maneira poderosa de nutrir mentes, corações e o próprio planeta que habitamos.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BOFF, L. **Ideia Sustentável**. Disponível em: <https://ideiasustentavel.com.br/vida-solidaria-justica-social-com-justica-ecologica>. Acesso em 09.08. 23.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007.

BRASIL. **Vamos cuidar do Brasil com escolas sustentáveis: educando-nos para pensar e agir em tempos de mudanças socioambientais globais / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, Ministério do Meio Ambiente - Brasília, 2012.**

BRASIL. **Educação para o desenvolvimento sustentável na escola: ODS 6, água potável e saneamento / editado por Tereza Moreira e Rita Silvana Santana dos Santos**. Brasília: UNESCO, 2020.

BRASIL. **Lei 9.795 de 27 de abril de 1999**. Institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília, DF. 1999. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em 03 agosto de 2023.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php>. Acesso em 03 agosto de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Conselho Nacional de Educação: Brasília, 11 de maio de 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em 03 de agosto de 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança**; reencontro com a Pedagogia do Oprimido. 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

LERNER, D. **Ler e escrever na escola**: o real, o possível e o necessário, Artmed, s/e, Porto Alegre, 2002.

MARCUSCHI, L. A. **Gêneros textuais**: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, A. P. et al.(org.) Gêneros textuais & ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, p. 19-36.

CAPÍTULO III

DISCALCULIA NO DESENVOLVIMENTO DE PROCESSOS LÓGICO-MATEMÁTICOS EM CRIANÇAS

DYSCALCULIA IN THE DEVELOPMENT OF LOGICAL- MATHEMATICAL PROCESSES IN CHILDREN

Waléria Quirino Patrício¹

Francisco Ivo Gomes de Lavor²

Rafael Eduardo Inacio do Nascimento³

Jardenia Mayara da Silva Nogueira⁴

David Bastida Santos⁵

Micelândia Batista Ribeiro⁶

Viviane Aparecida Alves Soares⁷

Maria Mairla Mendes Alves Vieira⁸

Dayanne Pereira Soares de Souza⁹

DOI: 10.46898/home.9786585712552.3

¹ <https://orcid.org/0000-0002-8136-6252>

² <https://orcid.org/0000-0001-8219-802X>

³ <http://lattes.cnpq.br/8510031289271315>

⁴ <http://lattes.cnpq.br/7377147693847005>

⁵ <http://lattes.cnpq.br/7660503679918041>

⁶ <https://orcid.org/0000-0002-3382-9857>

⁷ <https://orcid.org/0000-0001-9102-0223>

⁸ <http://lattes.cnpq.br/8010223961005690>

⁹ <https://orcid.org/0009-0002-1962-8415>

RESUMO

O presente artigo teve como objetivo fazer uma revisão por meio da literatura de como a discalculia influencia o desenvolvimento de processos lógico-matemáticos em crianças, para incorporar suporte pedagógico e estratégias de intervenção. Para tanto, o presente artigo é do tipo qualitativo e organização de informações encontradas na literatura já existente. Por se tratar de uma Revisão de Literatura a realização da pesquisa bibliográfica se resultará por intermédio de livros específicos, revistas acadêmicas e artigos científicos disponíveis na internet. Delimitou-se a utilizar materiais publicados no período de 2010 a 2020, que abordassem a questão da discalculia no desenvolvimento de processos lógico-matemáticos em crianças. Os resultados demonstram que nem toda criança que apresenta algum tipo de dificuldade de aprendizagem na matemática pode ser visualizada como discalcúlica, pois muitas crianças possuem dificuldades por estar com problemas sociais, afetivo e com a autoestima baixa. Conclui-se que embora ainda existem desafios a serem superados, se nota a importância do professor no auxílio dos alunos com discalculia. Por meio de jogos e de outras estratégias que podem ser realizadas com a ajuda do próprio indivíduo mostrando, que ele é capaz de construir o seu conhecimento com seus esforços.

Palavras-chave: Discalculia. Desenvolvimento. Escola. Inclusão.

ABSTRACT

This article aimed to review the literature on how dyscalculia influences the development of logical-mathematical processes in children, in order to incorporate pedagogical support and intervention strategies. Therefore, this article is of the qualitative type and organization of information found in the existing literature. As it is a Literature Review, the bibliographical research will result through specific books, academic journals and scientific articles available on the internet. It limited itself to using materials published between 2010 and 2020, which addressed the issue of dyscalculia in the development of logical-mathematical processes in children. The results show that not every child who has some type of learning disability in mathematics can be viewed as dyscalculus, as many children have difficulties because they have social and affective problems and low self-esteem. It is concluded that although there are still challenges to be overcome, the importance of the teacher in helping students with dyscalculia is noted. Through games and other strategies that can be carried out with the help of the individual, showing that he is able to build his knowledge with his efforts.

Keywords: Dyscalculia. Development. School. Inclusion.

1 INTRODUÇÃO

A discalculia ao longo dos séculos foi considerada um enigma em que não se entendia como um determinado grupo de pessoas parecia ser menos inteligente do que outros, em meio ao ridículo e menosprezo de muitos. Para Teixeira (2015) a discalculia foi considerada uma afronta, daí as suas primeiras definições entre os gregos: Dis significa "Dificuldade" "Fracamente" e Cálculo "Cálculos".

A partir de 1956, surge o termo Discalculia do Desenvolvimento (DD), sendo definido de acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais da American Psychiatric Association – APA como uma habilidade aritmética, medida por testes padronizados de cálculo ou raciocínio matemático administrados individualmente, sendo substancialmente abaixo do esperado em indivíduos de idade cronológica, quociente de inteligência e escolaridade de acordo com a idade (APA, 1995).

Nos últimos anos, o foco das pesquisas em dislexia, desde as primeiras formulações do termo, tem sido nas características neurobiológicas (desde o final da oftalmologia do século 19, Berlin a chamava de “cegueira congênita para palavras”; e cognitivo (LE FLOCK, ROPARS, 2017; NORTON, GABRIELI, GAAB, 2019; SNOWLING, 2019). Enquanto no nível neurobiológico as diferenças são aceitas no nível de predominância cerebral e no nível funcional com respeito aos leitores sem dificuldades no nível cognitivo a explicação do modelo fonológico como causa desse transtorno afetando os processos de leitura e escrita e como base para sua intervenção psico/educacional (PETERSON, PENNINGTON, 2012; ÁLVAREZ-CAÑIZO, SUÁREZ-COALLA, CUETOS, 2019).

Hoje, a dislexia é um distúrbio cuja existência é mundialmente aceita. A International Dyslexia Association – IDA a considera uma deficiência de aprendizagem específica (DEA) caracterizada por dificuldades tanto na precisão quanto na fluência no reconhecimento e

decodificação de palavras escritas (THAMBIRAJAH, 2010). Instituições como a Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – DSM-V e American Psychiatric Association – APA (2014) relatam a dislexia como um “distúrbio específico de aprendizagem”, que pode ser acompanhado de problemas de escrita e cálculo, para os quais são utilizados os termos disortografia e discalculia, respectivamente.

Por fim, a Classificação Internacional de Doenças e Problemas de Saúde (CID-10) também a considera dentro dos transtornos específicos da aprendizagem escolar como “transtorno específico de leitura”, intimamente relacionado ao “transtorno ortográfico específico”. Além disso, suas graves repercussões no nível escolar estão associadas ao fracasso (BARBIERO et al., 2019; SAINIO et al., 2019).

Nesse sentido a Pedagogia Inclusiva e a abordagem cognitiva não rotulam a criança, mas categorizam os processos que realizam e os erros que cometem. Não diz o que a criança é ou sofre, mas tenta entender e explicar o que ela faz: os processos e estratégias que usa para assimilar conceitos matemáticos, realizar operações de cálculo, resolver problemas algébricos, entre outros (HAASE, SANTOS, 2014).

Para Gomes e Manrique (2015) a discalculia é um transtorno de importância capital devido à faceta humana que afeta, sendo primeiro um objetivo de aprendizagem e depois uma ferramenta fundamental para isso. De acordo com dados de Carrillo et al., (2011) afeta 11,8% das crianças entre 2ª e 6ª série do Ensino Fundamental. Um estudo italiano recente Barbiero et al., (2019) limita o número a 3,5% para crianças da escola primária entre a 2ª e a 4ª série. Vários estudos justificaram as diferenças em termos de dados de prevalência específicos devido a diferentes procedimentos de estimativa (CARRILLO et al., 2011).

Vale ressaltar como a Discalculia influencia o desenvolvimento dos processos lógico-matemáticos de crianças. Em resposta a isso, deve-se considerar que o uso de representações numéricas da realidade constitui uma pedra angular nas interações entre o homem e o mundo que o rodeia. Muito do processo de tomada de decisão do dia-a-dia depende da

análise lógica matemático: a solução de problemas econômicos, tecnológicos, práticos, é baseada nele (HAASE, SANTOS, 2014).

É fato do mundo contemporâneo que a inserção social adequada dos indivíduos requer o desenvolvimento de um conjunto de capacidades numéricas indispensáveis. Assim, o objetivo principal deste artigo é fazer uma revisão por meio da literatura de como a discalculia influencia o desenvolvimento de processos lógico-matemáticos em crianças, para incorporar suporte pedagógico e estratégias de intervenção.

2 METODOLOGIA

O presente artigo é do tipo qualitativo e organização de informações encontradas na literatura já existente. Por se tratar de uma Revisão de Literatura a realização da pesquisa bibliográfica se resultará por intermédio de livros específicos, revistas acadêmicas e artigos científicos disponíveis na internet. Delimitou-se a utilizar materiais publicados no período de 2010 a 2020, que abordassem a questão da discalculia no desenvolvimento de processos lógico-matemáticos em crianças.

Segundo Gil (2017), a pesquisa bibliográfica é o levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. A sua finalidade é fazer com que o pesquisador entre em contato direto com todo o material escrito sobre um determinado assunto, auxiliando o cientista na análise de suas pesquisas ou na manipulação de suas informações. Ela pode ser considerada como sendo o primeiro passo de toda a pesquisa científica.

Para a realização deste trabalho foi realizado um levantamento de dados científicos, baseado na análise de artigos e trabalhos relacionados ao assunto. As bases de dados pesquisados foram Scielo, CAPES e Google Acadêmico, com limite de ano e sem restrição ao tipo de publicação, usando as seguintes palavras-chave: “Discalculia”; ‘Aprendizagem” e “Matemática”.

Por último, os resultados descreveram a influência da discalculia no desenvolvimento de processos lógico-matemáticos em crianças.

3 DISCALCULIA NO DESENVOLVIMENTO DE PROCESSOS LÓGICO-MATEMÁTICOS EM CRIANÇAS

Estudiosos como Giler et al., (2020), indicam algumas pistas que servem para evidenciar um distúrbio discalculia, uma criança pode ter dificuldades de aprendizagem em uma ou várias áreas de estudo, entre estas:

Memória: há crianças que não conseguem lembrar o básico de aritmética, tabuada, os significados dos símbolos e esquecem os passos para resolver cálculos aritméticos.

Linguagem matemática: Constitui uma séria dificuldade para expressar processos matemáticos, também é difícil interpretar as declarações dos problemas ou incompreensão de conceitos, como posição, relações e tamanho.

Habilidades visio espaciais: Crianças com problemas de discalculia chegam a uma confusão, nos sinais aritméticos, elas confundem o + com o x. Eles também confundem números como 31 para 13, falhas na série numérica são evidenciadas, as crianças colocam os números incorretamente ao realizar operações ou escrever (GILER et al., 2020, p. 57, grifo nosso),

Gomes e Manrique (2015) propõem o uso do termo Dificuldades de Aprendizagem Aritmética para descrever crianças com os 30% mais baixos e Discalculia do Desenvolvimento para o grupo mais grave cujas estimativas de prevalência situam-se entre 3,6% e 6,4 %.

À medida que a criança progride nos primeiros anos de escolaridade, ela vai acumulando experiências de contagem e numeração que permitem consolidar o que Bastos (2016) chama de sentido numérico. Assim, você pode estimar e comparar a magnitude de um número com outro sem recitar a série de números, realizar estratégias de decomposição aditiva para obter um cálculo (para adicionar $8 + 7$ você pode chegar a 10 e então adicionar o que resta). Ou você sabe que os

“sete” podem ser formados de várias maneiras: $6 + 1$, $5 + 2$ e etc (ALMEIDA, TREVISAN, 2017).

O desenvolvimento normal do sentido numérico mostra que por volta dos 8 ou 9 anos de idade, o sujeito progressivamente dispensa a contagem digital ou verbal para apelar à recuperação de cálculos armazenados em sua memória de longo prazo. Eles são chamados de fatos numéricos básicos, doravante HNB (BERNARDI, STOBÄUS, 2011).

É importante ressaltar que a discalculia pode se manifestar em crianças aparentemente inteligentes, dotados potencialmente de capacidades em áreas diversas do conhecimento (PIMENTEL, LARA, 2013). Contudo, o aluno com discalculia pode desenvolver todas as habilidades cognitivas precisas nas demais disciplinas, mas possuir uma certa deficiência durante a realização de várias operações matemáticas (PASSOSA et al., 2011; ALMEIDA, TREVISAN, 2017).

Essa deficiência ainda pode, se configurar por imaturidade menor ou maior das funções neurológicas, se caracterizando enquanto processo não lesional e evolutivo. No entanto, caso a discalculia não for detectada pelo professor pode ocasionar muitos danos a aprendizagem. Com efeito, a percepção da sua limitação implica em uma incapacidade evolutiva e, na perda da autoimagem, autoestima e da motivação para aprender (HAASE, SANTOS, 2014).

Teixeira (2015) aponta algumas dificuldades na aprendizagem de quem comumente estão associadas à discalculia e que precisam ser identificadas pelos professores das séries iniciais.

Para Bernardi (2014) são dificuldades que as crianças enfrentam ao relacionar com o termo; contar; associar símbolos visuais e aditivos aos números; aprender sistemas ordinais e cardinais; visualizar os grupos de objetos; compreender os princípios da conservação; realizar as operações aritméticas; perceber a significação dos sinais de adição e subtração, de multiplicação e divisão e de igualdade; ordenar os números; lembrar das operações básicas, transportar números;

tabuadas; perceber princípios de medidas; seguir sequências; relacionar os valores de moedas e entre outros.

Bernardi e Stobäus (2011) destacam que estudos no campo da neuropsicologia mostram que as dificuldades relacionadas acima, evidenciam que as funções neuropsicológicas são imprescindíveis nos processos da realização de cálculos e não estão sendo suficientemente desenvolvidas.

Por outro lado, Pimenta e Saraiva (2013) destacam que a discalculia não é ocasionada por lesões/danos na região do cérebro e está principalmente associada, a alunos que apresentam dificuldades no período da aprendizagem das habilidades em relação a matemática. O termo para os autores é como uma desordem de ordem estrutural da maturação das capacidades matemáticas, sem manifestar, contudo, uma desordem nas outras funções mentais generalizadas.

Na perspectiva de Bastos (2016) discalculia etimologicamente significa, alteração da capacidade de cálculo, em um amplo sentido, as alterações no manejo de números: cálculo mental, escrita dos números e leitura dos números. Os autores acrescentam que, na discalculia pura, a habilidade única específica da matemática podendo sofrer modificações é a perda das noções do conceito de número.

3.1 Dificuldade no aprendizado em Matemática e a construção do conhecimento lógico – Matemática

Observa-se que uma das dificuldades grandes de aprendizagem questionada pelos pais, se apresenta na disciplina de matemática, onde esse campo de aprendizagem para muitos indivíduos é considerado um desafio a ser vencido, alguns alunos criam até um certo trauma, o que pode na muitas vezes contribuir diretamente para o fracasso escolar (RELVAS, 2011).

Quando o professor apresenta um conteúdo matemático para seus alunos, com pouca dinâmica, as crianças na maioria das vezes não prestam atenção quando não são incentivadas. Por isso o educador precisa utilizar métodos variados para o ensino da matemática e também oportunizar caminhos para que as crianças minimizem as suas dificuldades na área da matemática (EMERSON, BARBTIE, 2010).

Dentre essas dificuldades de matemática existentes, Gomes e Manrique (2015) destacam a problemática da discalculia. Para os autores é uma dificuldade que impede os alunos de compreender as relações de ordem tamanho, quantidade, espaço, distância e não consegue entender as quatro operações. Os alunos que apresentam tal dificuldade acabam por repudiar os trabalhos com os números, são “rotuladas” muitas vezes pelos colegas de sala, ou até mesmo com os pais e professores, fazendo assim com que a autoestima fique baixa e interfira nas demais disciplinas também que até o aquele momento não apresentava dificuldades.

Segundo Bastos (2016) historicamente, a matemática surgiu por meio da necessidade apresentada pelo ser humano para resolver problemas diariamente encontrados no seu cotidiano como contar, medir, calcular e se organizar segundo os espaços, na qual os saberes adquiridos foram passados a frente de geração em geração, mutuamente se acumulando. A matemática para o autor é um processo que está em construção constante sempre.

A disciplina da matemática apesar de estar na vida de todos os sujeitos, sempre foi visualizada enquanto “tormento” pelos alunos e como desafiador para os educadores, os quais precisam motivar os seus alunos para despertar o gosto pelo saber matemática, sendo que a matemática faz parte do cotidiano de todos nós para resolver as inúmeras situações (HAASE, SANTOS, 2014).

O trabalho do educador que envolve a disciplina de matemática requer uma visão diferenciada, buscando a importância de a escola trabalhar de maneira passiva e dinâmica. O trabalho com Educação

Matemática necessariamente precisa envolver as algumas dimensões para Santos (2013, p. 32):

- A matemática é uma atividade humana, portanto de caráter histórico-social;
- A matemática é uma ciência de caráter interdisciplinar;
- A matemática nos proporciona a construção de categorias de pensamento indispensável à compreensão, crítica e construção da realidade;
- A matemática deve ser considerada em suas dimensões lúdicas e de aplicação no cotidiano;
- As relações entre a matemática do cotidiano e a matemática formal, o que implica em considerar as experiências e os conhecimentos prévios dos alunos;
- Envolvimento emocional, fundamental para aprendizagem da matemática.

Para Moura (2012) o ensino da matemática é propiciar a capacidade de selecionar informações, o desenrolar da lógica, a rapidez do pensamento e fazer uso eficientes delas para o desenvolvimento individual e coletivo, fazer do algo produtivo e impulsionador. Pois no entendimento do autor, a matemática favorece o crescimento integral do ser humano, dando a aos indivíduos mecanismos e ferramentas para que possa caminhar para frente e ser um construtor da sua história e não um ser alheio e passivo a tudo e todos.

A aprendizagem dos alunos e o conhecimento lógico-matemático ocorrem por etapas, pois se os alunos desenvolverem bem uma etapa, na próxima não terão dificuldades. Para Vygotsky (2018, p. 45) relata que: o aprendizado dos alunos se inicia muito antes deles entrarem na escola.

3.2 Propostas de intervenções com crianças com Discalculia

É conhecido a importância da intervenção psicopedagógica no ato educativo, como um vetor universal, isso significa, que sua atuação tem como finalidade um olhar coletivo no processo de ensino/aprendizagem. A finalidade da ação psicopedagógica numa instituição educacional não

é apenas no aluno com problemas de aprendizagens, contudo, principalmente em todas as ferramentas que interagem na fundamentação desse processo (LIMA et al., 2012).

Diante disso, neste aspecto o psicopedagogo tem um papel de grande importância no âmbito educacional, pois ele tem que analisar os fatores que influenciam as intervenções psicopedagógicas que podem ser realizadas a partir de um diagnóstico (PASSOSA, CAZELLA, 2011).

Não se pode esquecer de agregar que a ação psicopedagógica tem as suas limitações, se distinguindo de uma psicoterapia, quando demarca a sua extensão com o receio pedagógico de dar ao aluno a mais adequada aplicação da expressão e produção cognitiva das referências discriminantes, com destinação de que essa criança pode materializar e atender suas conveniências, agindo no universo em o mesmo vive. Por isso, é necessário levantar situações encaradas por educadores (HAASE, SANTOS, 2014).

Para Beauclair (2011) os processos formativos de intervenção psicopedagógica e pedagógica, procuram resgatar e motivar a aprendizagem do indivíduo que apresenta Discalculia, procurando as direções para estabelecer o saber por meio de recursos adequados a despertar a vontade de aprender.

Desse modo, as intervenções em seus aspectos psicopedagógicos, emocionais e pedagógicos tendem a sofrer modificações que a proporção de que a Discalculia é diagnosticada como leve, intermediária ou avançada por meio dos vários campos do saber, entendendo como se resgata a aprendizagem daquela criança que apresenta dificuldades, assim, a intervenção se faz eficaz e necessária (GOMES, MANRIQUE, 2015)

De acordo Beauclair (2011), o psicopedagogo necessita deste movimento constante de novos olhares, caminhos e horizontes para caminhar, abrindo espaços não só objetivos, mas subjetivos, onde a autoria e a autonomia do pensamento seja concreta.

A intervenção psicopedagógica não se restringe ao sintoma, mas para mobilizar a modalidade de aprendizagem, o sintoma cristaliza a modalidade de aprendizagem em um determinado momento, sendo partir daí que vai transformando o processo ensino/aprendizagem (BASTOS, 2016).

Para se iniciar as intervenções com crianças discalcúlicas primeiramente se precisa superar dificuldades de percepção visuoespacial trabalhando com a percepção de figuras e formas, observando detalhes, diferenças e semelhanças relacionando-as com conceitos e experiências da vida real para daí então iniciar o trabalho com letras, números e figuras geométricas. Há diversos tipos de intervenções que podem ser trabalhados junto as crianças discalcúlicas, nesse ensaio teórico se abordar algumas ferramentas pedagógicos (BASTOS, 2016).

Um plano de intervenção pedagógica e psicopedagógica podem contemplar alguns conteúdos, que atendam os alunos com discalculia sendo enumerados abaixo segundo Cunha, Castro e Castro (2019, p. 12):

- Percepção de formas e figuras: experiências simples e graduadas e, percebendo os detalhes, as semelhanças e as diferenças;
- Espaço: a Localização de objetos – embaixo, em cima, entre, no meio, último primeiro, etc.;
- Ordem/sequência: ordem dos números, primeiro, segundo etc., dias da semana, das estações;
- Representação mental: indicar com os dedos e as mãos o comprimento e tamanho dos objetos; preencher os espaços com figuras de tamanho escolhidas entre outras de mesma maneira, porém com diferentes tamanhos;
- Conceito dos números: trabalhar a correspondência um a um, construir as fileiras idênticas de objeto, associar os símbolos e a compreensão auditiva por meio das atividades rítmicas;
- Operações aritméticas: trabalhar adequadamente para que se compreenda que a adição se ocorre pelo acréscimo; a subtração pela diminuição; a divisão se repartindo; e a multiplicação sendo uma sucessão de somas de parcelas iguais.

Em uma outra momento de intervenção o planejamento das atividades com coordenação manual, que segundo Lima et al., (2012) parece ser a maneira de como o cérebro procura operacionalizar e

materializar os símbolos matemáticos (BEAUCLAIR, 2011). Uma criança irá se apropriar de conceitos matemáticos e dos fundamentos da geometria com a utilização e manipulação de material, se puderem palpá-los.

No plano de intervenção a aprendizagem pode ser estimulada por jogos na perspectiva de ensino/aprendizagem em Matemática, a utilização de jogos de regras, atenção e jogos recicláveis de fácil acesso como: madeira, garrafas pets, moedas, fitas, tampinhas, pedrinhas, blocos, conchas, cordas, caixas de fósforos e etc (BEAUCLAIR, 2011).

A criança ao manusear esses objetos, os classificando em conjuntos e separando ele percebe a simetria, estando construindo relações, abrindo para o cérebro as percepções de pequeno e grande, grosso e fino e, estreito e largo, baixo e alto, fixando a conceituação simbólica das relações geométricas e numéricas (RELVAS, 2011).

Nos estudos de Cunha, Castro e Castro (2019) mostra que a proposta precisa ter um significado, trazer encorajamento e explorar ideias e conceitos variados Matemáticos de maneira que os alunos conservem e ampliem com prazer uma curiosidade sobre a Matemática, adquirindo formas distintas de perceber a realidade.

A orientação, a linguagem matemática do professor, estabelece um diálogo entre os aspectos cotidiano, escolar e científico da matemática por meio dessa perspectiva precisa ser priorizado nas atividades em sala de aula, pois o mesmo se constrói no suporte teórico do modelo que se propõe e se estabelece na incorporação da investigação enquanto atividade matemática (SANTOS, SILVA, OLIVEIRA, 2016).

Vygotsky (2018), destaca a importância das funções e papéis da internalização das formas culturais de comportamento, descrevendo o papel do adulto como regulador do relacionamento com a criança. Cabendo ao educador a tarefa de ser o mediador, e proporcionando os alunos instrumentos corretos para auxiliá-los a adquirir saberes novos a partir daqueles que já possui.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após análise dos trabalhos, se constatou que a dificuldade da aprendizagem da matemática está presente na esfera escolar e aflige diversas as crianças que apresentam essa dificuldade e também é motivo de apreensão a todos os professores que trabalham com crianças discalculicas.

Os resultados demonstram que nem toda criança que apresenta algum tipo de dificuldade de aprendizagem na matemática pode ser visualizada como discalculica, pois muitas crianças possuem dificuldades por estar com problemas sociais, afetivo e com a autoestima baixa. Nesse aspecto, é necessário fazer uma observação para realmente saber o grau de dificuldade e o que está acontecendo com a criança de fato, para só posteriormente tomar as providências devidas.

A importância do educador na construção e formação do sujeito, incluindo-o no meio social através da superação de desafios, desenvolvendo o senso crítico sobre as distintas vertentes que se apresenta na vida.

Conclui-se que embora ainda existem desafios a serem superados, se nota a importância do professor no auxílio dos alunos com discalculia. Por meio de jogos e de outras estratégias que podem ser realizadas com a ajuda do próprio individuo mostrando, que ele é capaz de construir o seu conhecimento com seus esforços.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. A. de.; TREVISAN, A. C. R. A discalculia no ensino de matemática: Refletindo sobre a percepção de profissionais da educação básica do município de Sinop em relação a esse transtorno e sobre aspectos de sua formação. **REP's - Revista Even. Pedagóg**, v. 8, n. 1, p. 552-573, 2017.

ÁLVAREZ-CAÑIZO, M.; SUÁREZ-COALLA, P.; CUETOS, F. Orthographic learning in Spanish children: Influence of previous semantic and phonological knowledge [Aprendizaje ortográfico en niños españoles: influencia del conocimiento fonológico y semántico previo]. **Journal of Research in Reading**, v. 42, n. 1, p. 137-149, 2019.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and statistical manual of mental disorders**, (4^a ed.). Washington DC, EEUU: American Psychiatric Association, 1995.

ASSOCIAÇÃO PSIQUIÁTRICA AMERICANA. **Manual de Diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais (DSM-IV)**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2014.

BARBIERO, C.; MONTICO, M.; LONCIARI, I.; et al. The lost children: The underdiagnosis of dyslexia in Italy. A cross-sectional national study [Los niños perdidos: El infradiagnóstico de la dislexia en Italia. Un estudio transversal]. **PLoS ONE**, v. 14, n. 1, 2019.

BASTOS, J. A. **Matemática: Distúrbios específicos e dificuldades**. Transtornos da aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2016.

BEAUCLAIR, J. **Psicopedagogia Trabalhando Competências, Criando Habilidades**. Editora Wak, 4 ° edição, 2011.

BERNARDI, J. **Discalculia: O que é? E como intervir?** Jundiá: Paco Editorial, 2014.

BERNARDI, J.; STOBÄUS, C. D. Discalculia: conhecer para incluir. **Rev. Educ. Espec.**, Santa Maria, v. 24, n. 39, p. 47-60, 2011.

CARRILLO, M. S.; ALEGRÍA, J.; MIRANDA, P.; PÉREZ, S. Evaluación de la dislexia en la escuela primaria: prevalencia en español. **Escritos de Psicología**, v. 4, n. 2, p. 35-44, 2011.

CUNHA, J. A. C.; CASTRO, S. H. de.; CASTRO, M. de F. Jogos Matemáticos como facilitadores da aprendizagem de crianças discalculicas: Uma análise bibliográfica evidenciando as séries iniciais do Ensino Fundamental. **Revista Saúde e Educação, Coromandel**, v. 4, n. 2, p.120- 143, 2019.

EMERSON, J.; BARBTIE, P. **The dyscalculia assessment**. Nova Zelândia: Continuum, 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GOMES, H. C.; MANRIQUE, A. L. A musicalização (ritmo-som-corporeidade) como intervenção neurocognitiva de habilidades

matemáticas. **Revista de Ensino de Ciências e Matemática**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 75-83, 2015.

HAASE, V. G.; SANTOS, F. H. dos. **Transtornos específicos de aprendizagem**: Dislexia e Discalculia. Porto Alegre: Artmed, 2014.

LE FLOCH, A. Y.; ROPARS G. Left-right asymmetry of the Maxwell spot centroids in adults without and with dyslexia [Asimetría izquierda-derecha en los centroides de Maxwell en adultos con y sin dislexia]. **Proceedings Royal Society**, v. 284, n. 17, p. 1-10, 2017.

LIMA, D. da R.; RODRIGUES, D. da R. S.; DEFAVARI, L.; ANAIA, M. F. de F. Discalculia: Características e Propostas de Intervenção. **Trabalho de Conclusão de Curso** apresentado para obtenção do título de Especialista em: Psicopedagogia Clínica e Institucional: Centro Universitário Fundação Santo André, 2012.

NORTON, E. S., GABRIELI, J. D., Y GAAB, N. Neural predictors of developmental dyslexia [Predictores neurales de la dislexia evolutiva]. En Verhoeven, L., Perfetti, C., y Pugh, K. (Eds.), *Developmental dyslexia across languages and writing systems [Dislexia evolutiva en función del lenguaje y los sistemas escritos]* (pp. 253-261). **Cambridge University Press**, 2019.

PASSOSA, A. Q.; CAZELLA, A. V.; ARAMANA, E. M. de O.; GROSSIA, E. S. D. Dificuldade de Aprendizagem em Matemática: Discalculia. **UNOPAR Cient., Ciênc. Human. Educ., Londrina**, v. 12, n. 1, p. 61-71, 2011.

PETERSON, R. L.; Y PENNINGTON, B. F. Developmental dyslexia [Dislexia evolutiva]. **Lancet**, v. 379, n. 9830, p. 1997-2007, 2012.

PIMENTA, C.; SARAIVA, M. J. As dificuldades de aprendizagem das expressões algébricas por uma aluna discalculica. **Quadrante**, v. XXII, n. 1, 2013.

PIMENTEL, L. da S.; LARA, I. C. M. de. Discalculia: Mapeamento das Produções Brasileiras. **VI Congresso Internacional de Ensino da Matemática**, ULBRA, Canos – Rio Grande do Sul, 2013.

RELVAS, M. P. **Neurociência e transtornos de aprendizagem**: As múltiplas eficiências para uma Educação Inclusiva. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2011.

SAINIO, P. J.; EKLUND, K. M.; AHONEN, T. P.; Y KIURU, N. H. The role of learning difficulties in adolescents' academic emotions and academic achievement [El papel de las dificultades de aprendizaje en las emociones académicas y el rendimiento escolar en adolescentes]. **Journal of Learning Disabilities**, v. 52, n. 4, p. 287-298, 2019.

SANTOS, A. O. S.; SILVA, G. N. da.; OLIVEIRA, G. S. de. Discalculia e Intervenção Psicopedagógica no Espaço Escolar. **Eventos UFU**, 2016.

SANTOS, V. M. dos. Dificuldade de Aprendizagem da Matemática: Discalculia. **Trabalho de Conclusão de Curso – TCC**, como exigência para a obtenção de título de Especialização em Psicopedagogia e Educação Infantil do Instituto Superior de Educação do Vale de Juruema – AJES, 2013.

SNOWLING, M. J. A very short introduction [Dislexia: una breve introducción]. **Oxford University Press**, 2019.

TEIXEIRA, R. C. **Como é que o nosso cérebro aprende matemática?** Atlântico Expresso, Portugal, 2015.

THAMBIRAJAH, S. Developmental dyslexia: Clinical aspects [Dislexia evolutiva: aspectos clínicos]. **Advances in Psychiatric Treatment**, v. 16, n. 5, p. 380-387, 2010.

VIGOTSKI, L.S. **Sete Aulas de L. S. Vigotski Sobre os Fundamentos da Pedologia**. E-Papers; 1ª edição, 2018.

CAPÍTULO IV

MÚSICA COMO AUXÍLIO NO DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS COM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

MUSIC AS AN AID IN THE DEVELOPMENT OF CHILDREN WITH LEARNING DIFFICULTIES

Luanna Michaelly Soares Rodrigues Vieira¹

Waléria Quirino Patrício²

Maria Mairla Mendes Alves Vieira³

Dayanne Pereira Soares de Souza⁴

Juliana Paiva Góes Ramalho⁵

Ediana da Nóbrega Melo Queiroga⁶

Milena Souto de Araújo⁷

Izairane Dutra de Sousa⁸

Fernanda Carla Almeida Silva⁹

DOI: 10.46898/home.9786585712552.4

¹ <https://orcid.org/0000-0002-2169-5353>

² <https://orcid.org/0000-0002-8136-6252>

³ <http://lattes.cnpq.br/8010223961005690>

⁴ <https://orcid.org/0009-0002-1962-8415>

⁵ <https://orcid.org/0000-0002-1298-249X>

⁶ <http://lattes.cnpq.br/1560194852836727>

⁷ <http://lattes.cnpq.br/3530725370287321>

⁸ <http://lattes.cnpq.br/7524637626582708>

⁹ <https://orcid.org/0000-0001-5293-847X>

RESUMO

A literatura nos mostra que existem diversas possibilidades de procurar as contribuições da música no desenvolvimento das crianças, uma vez que a música faz parte da sua vida, antes mesmo da sua alfabetização. Nesse sentido o presente artigo tem como objetivo de identificar através da literatura a importância da música e seus benefícios no desenvolvimento de crianças com dificuldades de aprendizagem e interação social. Para tanto, a pesquisa tratou-se de Estudo do tipo Revisão Integrativa da Literatura. Para levantamento dos artigos foram utilizadas duas bases: Biblioteca Científica Eletrônica em Linha (SciELO) e Portal de Periódicos CAPES/MEC e os descritores “Música”, “Aprendizagem” e “Interação Social”. A princípio, a busca pelos descritores foi dada individualmente, utilizando-se posteriormente o cruzamento a partir do operador booleano “and”. Desse modo, para a seleção da amostra, foram válidos os seguintes critérios: artigos publicados apenas no idioma português, no período de 2015 a 2020, que retrataram a temática em estudo. Sendo assim, foram excluídos aqueles que fugiam da faixa de tempo e com idioma divergente. Com base nos dados demonstrados nos artigos analisados, evidencia-se que várias áreas do conhecimento podem ser influenciadas com a música. A música é conhecida como um mundo que facilita a expressão de ideias, sentimentos e a comunicação do sujeito com o meio e consigo mesmo. Os resultados também demonstraram que a música atende aspectos diferentes do desenvolvimento: espiritual, mental, físico-social e emocional, a música também pode ser considerada enquanto agente facilitador no processo educacional. Portanto, se faz necessário a sensibilização dos professores para que se conscientizem acerca das possibilidades que música pode oferecer para o desenvolvimento e bem-estar dos alunos, pois a música fala diretamente à mente, ao corpo e às emoções.

Palavras-chave: Aprendizagem. Educação Infantil. Música.

ABSTRACT

The literature shows us that there are several possibilities to look for the contributions of music in the development of children, since music is part of their lives, even before their literacy. In this sense, this article aims to identify through the literature the importance of music and its benefits in the development of children with learning difficulties and social interaction. Therefore, the research was a Study of the Integrative Literature Review type. To survey the articles, two databases were used: Online Scientific Electronic Library (SciELO) and CAPES/MEC Periodicals Portal and the descriptors "Music", "Learning" and "Social Interaction". At first, the search for the descriptors was given individually, later using the crossing from the Boolean operator "and". Thus, for sample selection, the following criteria were valid: articles published only in Portuguese, from 2015 to 2020, which portrayed the subject under study. Therefore, those who were outside the time range and with a different language were excluded. Based on the data shown in the analyzed articles, it is evident that several areas of knowledge can be influenced by music. Music is known as a world that facilitates the expression of ideas, feelings and the subject's communication with the environment and with himself. The results also showed that music serves different aspects of development: spiritual, mental, physical-social and emotional, music can also be considered as a facilitating agent in the educational process. Therefore, it is necessary to sensitize teachers so that they become aware of the possibilities that music can offer for the development and well-being of students, as music speaks directly to the mind, body and emotions.

Keywords: Learning. Child education. Music.

1 INTRODUÇÃO

A presença da música na vida do ser humano é incontestável, em diversas culturas vem acompanhando pela própria história e estando presente em todo o globo terrestre (GODOI, 2011; ALVES, 2014). No Brasil, a linguagem da música se faz presente, em todas as classes sociais e nas diferentes manifestações religiosas. Embora a sua linguagem dependendo da região seja diversificada, a música acompanha as relações interpessoais e o desenvolvimento em seus bairros e cidades (REIS, REZENDE, RIBEIRO, 2012).

Enquanto área do saber a música é uma linguagem com preceitos específicos, uma maneira de comunicação, por meio da qual o sujeito dispõe de meios para se expressar (ARAUJO, 2015). Dessa forma, a música se tornou uma distração e atua também como uma identificação para os povos que se utilizam desse meio de comunicação (BRITO, 2003; SOUZA, 2016).

Godoi (2011) destaca que existem diversas possibilidades de procurar as contribuições da música no desenvolvimento das crianças, uma vez que a música faz parte da sua vida, antes mesmo da sua alfabetização. Às vezes a relação com a música, já começa no ventre da mãe e segue no decorrer de sua vida. Nas brincadeiras as crianças usam a música como maneira de expressão e para estabelecer também regras, diversão, relações sociais, aprendizagem e alegria. Esses exemplos mostram um panorama da importância da música como auxílio no desenvolvimento das crianças com dificuldades de aprendizagem, seja ela na escola ou na família (ALVES, 2014; SANTOS, 2020).

A educação infantil, primeira etapa escolar é a base para a formação do ser humano, portanto, a música faz com que a criança melhore sua autoestima, fique mais calma e tenha a capacidade de realizar as atividades na escola, pois a música é traz sentidos, sensações e está presente nas situações do cotidiano como comemorações, higiene, hora do lanche e entre outras (RODRIGUES, 2011). Por meio da

música as crianças podem entrar em um mundo letrado cheio de divertimentos (SILVA, LIMA, JUNG, 2019).

Para Kraemer (2000, p. 66) a educação utilizando a música “se ocupa com as relações entre pessoas e músicas sob os aspectos de transmissão e apropriação”. Desse modo, o desafio é fazer o diálogo entre as formas diferentes de transmissão e apropriação do saber produzidos socialmente. Para a educação escolar isto significa olhar às formas de aprender e ensinar que são realizadas no mundo vivido (SOUZA, 2008; SOUZA, 2014).

A música é a combinação de sons harmônicos, melódicos e rítmicos, usada por diversos povos ao longo do tempo. O uso da música como terapia e aprendizagem melhora a relação de expressão, comunicação, mobilização, organização e aprendizagem atingindo assim um melhor efeito positivo, no sentido de alcançar necessidades emocionais, físicas, cognitivas, mentais e sociais (MENDES et al., 2015). Os estímulos musicais alteram a circulação sanguínea, respiração, pressão arterial, frequência cardíaca, oxigenação, aceleração do metabolismo, estimulam a memória e atenção, reduzem a fadiga e os estímulos de dor (BERGOLD, ALVIM, 2009; GONÇALEZ, NOGUEIRA, PUGGINA, 2008; MENDES et al., 2015).

Em relação a escola, a música tem por objetivo facilitar e crescer a aprendizagem do aluno, pois instrui o sujeito a ouvir de forma refletida e afetiva (MORAIS, POLETTO, 2020). Para tal efeito, a educação precisa ser visualizada como um processo comum, progressivo e permanente, pois em qualquer lugar haverá sempre condições diferentes sejam elas: sociais, familiares, afetivas ou ambientais (ARAUJO, 2015; MORAIS, POLETTO, 2020).

A música tem papel imprescindível na educação, como facilitadora do processo de ensino/aprendizagem e como ferramenta que tem grande poder de tornar a escola um ambiente mais alegre e receptivo que façam com que as crianças desejem estar neste ambiente e se dediquem ainda

mais nas suas atividades, pois estarão emocionalmente envolvidos com todo o espaço (MENDES et al., 2015; ARAUJO, 2015).

Nesse sentido pretende-se entender sobre a importância da música e seus benefícios no desenvolvimento de crianças com dificuldades de aprendizagem e interação social. Para tanto foi utilizado uma revisão integrativa da literatura, sendo posteriormente realizada a análise em extrair a visão dos autores sobre os trabalhos que descrevem a importância da música e seus benefícios no desenvolvimento de crianças com dificuldades de aprendizagem e interação social.

2 METODOLOGIA

Para chegar ao alcance dos objetivos a presente pesquisa trata-se de Estudo do tipo Revisão Integrativa da Literatura, cuja elaboração compreendeu seis etapas: seleção da questão para revisão; determinação dos critérios para seleção da amostra; definição das características da pesquisa original; análise dos dados; interpretação dos resultados e apresentação da revisão (MENDES, 2008).

A pesquisa foi construída com base nesta problemática: Como a música pode ajudar no desenvolvimento da criança com dificuldades de aprendizagem e interação social?

Para levantamento dos artigos foram utilizadas duas bases: Biblioteca Científica Eletrônica em Linha (SciELO) e Portal de Periódicos CAPES/MEC e os descritores “Música”, “Aprendizagem” e “Interação Social”. A princípio, a busca pelos descritores foi dada individualmente, utilizando-se posteriormente o cruzamento a partir do operador booleano “and”. Desse modo, para a seleção da amostra, foram válidos os seguintes critérios: artigos publicados apenas no idioma português, no período de 2015 a 2020, que retrataram a temática em estudo. Sendo assim, foram excluídos aqueles que fugiam da faixa de tempo e com idioma divergente.

A tabela 1 ilustra a estrutura metodológica utilizada.

Tabela 1: Publicações encontradas nas bases de dados.

DESCRITORES	Base de Dados	
	SCIELO	CAPES/ MEC
Música	1.757	4230
Aprendizagem	8.594	8051
Interação Social	2043	7594
Música <i>and</i> Aprendizagem	49	1076
Aprendizagem <i>and</i> Interação Social	192	587
Música <i>and</i> Interação Social	16	457
Música <i>and</i> Aprendizagem <i>and</i> Interação Social	11	57
Artigos Selecionados	4	7

Fonte: Dados da Pesquisa, 2021.

O processo de busca dos artigos obedeceu às especificidades de cada uma das bases de dados e a seleção destes, precisou satisfazer os seguintes critérios: obediência à temática do estudo, ou seja, capaz de responder à questão norteadora da pesquisa, descritos no idioma português, além de estar enquadrado no período proposto acima, e permitir a acessibilidade ao seu conteúdo completo.

A realização do levantamento bibliográfico aconteceu no mês de janeiro de 2021. Diante dos requisitos mencionados e excluindo-se os artigos repetitivos nas bases de pesquisa utilizadas, foram selecionados 11 (onze) artigos, dos quais foram submetidos a releituras, a fim de concretizar uma análise interpretativa direcionada pela questão condutora.

Na tabela 2 abaixo são apresentadas as características dos artigos incluídos na Revisão Integrativa.

Tabela 2: Apresentação das características dos artigos incluídos na Revisão Integrativa

Título	Autor(es)	Ano / País	Delineamento do Estudo	Desfechos
--------	-----------	------------	------------------------	-----------

Crianças com retardo do desenvolvimento neuropsicomotor: musicoterapia promovendo qualidade de vida	MENDES, M. M. dos S.; et al.,	2015/ Brasil	Pesquisa experimental	Houve evolução em todos os aspectos, sendo esta melhora significativa para os domínios Capacidade Emocional e Capacidade Escolar, mostrando os efeitos benéficos da musicoterapia.
Atuação da Música no desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes	FINGER, D.; et al.,	2016 / Brasil	Estudo descritivo e analítico.	Constatará m-se os benefícios da música no desenvolvimento e na saúde das crianças e adolescentes, bem como, o grande potencial que esse público possui em relacionar a letra da música com sua vida pessoal, observando também que a música os estimulou a expressar seus sonhos e experiências vividas.

O papel da Música na Educação Infantil	LORENTZ, D. C.	2015/ Brasil	Estudo de caso, qualitativo e documental	A música na Educação Infantil colabora para a formação integral da criança, pois a partir dela se tem um acesso ao mundo lúdico e interativo, onde as crianças se expressam e criam a sua própria apresentação do mundo
A música no desenvolvimento Socioafetivo de crianças com Síndrome de Down na pré-escola	CAMARGOS, G. G	2016 / Brasil	Estudo de caso, qualitativo	A música foi muito apreciada entre as pessoas estudadas, principalmente pelas crianças tornando-se um meio importante para que o desenvolvimento sócio/afetivo ocorresse, com a interação entre elas.

A Música Na Educação Infantil	ALVES, R. da C. C.	2016/ Brasil	Pesquisa de campo, qualitativa.	A música exerce um importante papel na educação infantil, ela é uma facilitadora do processo de aprendizagem, contribui para a formação musical das crianças pode ser ferramenta eficiente para transformação social e cultural, auxiliando no desenvolvimento integral da criança.
A música no desenvolvimento da criança de 3 a 4 anos na Educação Infantil	FRITSCHÉ, J. M.	2016/ Brasil	Pesquisa de campo, qualitativa	A música auxilia as crianças no processo de aprendizagem e construção do conhecimento, desenvolvendo suas capacidades .

Cantar, Divertir-se, Aprender: Um relato de experiência docente com música	SILVA, M. G. da.; LIMA, D. T. N.; JUNG, H. S.	2019/ Brasil	Relato de experiência	A partir das atividades realizadas foi possível perceber resultado há curto prazo no desenvolvimento das ações pedagógicas . Alguns educandos começaram a desenvolver uma percepção musical diferente, no sentido de que ela não serve somente para dançar, mas traduz sentimentos , emoções e lições que as palavras não conseguem explicitar, modificando nossa personalidade e maneira de enxergar o mundo.
--	---	-----------------	-----------------------	--

O desenvolvimento musical de crianças com Transtorno do Espectro do Autismo em Musicoterapia: revisão de literatura e relato de caso	FREIRE, M.; et al.,	2018/ Brasil	Estudo Bibliográfico e relato de caso	O engajament o na experiência musical se faz essencial para seu desenvolvim ento integral. Quando a criança consegue expandir suas experiências musicais, também é capaz de encontrar novas possibilidad es de ser no mundo e dentro de si.
Desenvolvimento profissional docente: um estudo de caso com professores do Projeto Musicalização Infantil de Blumenau/SC	OLIVEIRA, G. M. de.; SCHAMBECK, R. F.	2018/ Brasil	Estudo de caso, qualitativo	A música promove encontros e interações, gerando mudanças e, por conseguinte, o desenvolvim ento das crianças.
Educação Musical na Escola: Valorizar o humano em cada um de nós	SOARES, O. P.; CERVEIRA, R. B.; MELLO, S. A.	2019/ Brasil	Estudo Documental e Bibliográfico	A educação musical na escola adota uma perspectiva humanizado ra, educar em música significa possibilitar a

			aprendizagem da música como fenômeno histórico, social e cultural, passível de ser compreendida e produzida por todos os seres humanos.
Matemática e música: Sistematização de analogias entre conteúdos matemáticos e musicais	SANTOS-LUIZ, C. dos.; et al.,	Estudo Documental, qualitativo	Mostrou vantagens no processo ensino-aprendizagem da matemática através de aulas integradas de matemática e música, onde a ligação e a sistematização entre conteúdo da matemática e da música sejam aplicadas.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2021.

A análise consistiu em extrair a visão dos autores, buscando na literatura os trabalhos que descrevem a importância da música e seus benefícios no desenvolvimento de crianças com dificuldades de aprendizagem e interação social.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A primeira obra selecionada foi a de Alves (2016) que analisou a importância da música no processo de ensino e aprendizagem das crianças na pré-escola, em turmas de 3 e 4 anos, na Creche Municipal na cidade de São Cristóvão. A autora destaca que a musicalização para o desenvolvimento dessas crianças como instrumento pedagógico tem sido de grande importância, além de satisfazer prazerosamente a criança no seu aspecto individual, também estimula e desenvolve habilidades em um processo natural de envolvimento e desenvolvimento, pois ela é um ser criativo que está em constante mudança, descobrindo e criando seu próprio mundo.

Colaborando os resultados de Alves (2016) mostram o quão é importante o trabalho da música na escola, no processo de formação de um indivíduo. A autora destaca que é muito valioso que crianças tenham contato com esta arte desde pequenas, e que ela seja inserida no currículo escolar. O professor como mediador na busca da construção de conhecimento das crianças, pode ter uma didática que possa auxiliar a criança na compreensão dos conteúdos por meio de recursos pedagógicos, tornando assim, melhor a aprendizagem.

Lorentz (2015) também analisou a importância da música para as crianças da Educação Infantil, visando o seu desenvolvimento nas práticas pedagógicas. Para a autora a música na educação infantil colabora para a formação integral da criança, pois a partir dela se tem acesso ao mundo lúdico e interativo, onde a criança se expressa e cria a sua própria representação do mundo. A utilização da música na Educação Infantil deve ir além dessas concepções, devendo ser utilizada como instrumento potencializador e facilitar do processo de desenvolvimento das crianças, completando assim uma formação prazerosa do conhecimento que o próprio indivíduo constrói.

Na mesma linha de pesquisa, Fritsche (2016) buscou compreender como a música contribui para o desenvolvimento da criança. Os

resultados mostraram que a criança desenvolve suas habilidades de forma prazerosa, conhecendo novos ritmos musicais ampliando seus conhecimentos cognitivos e afetivos. Ou seja, a música amplia o conhecimento da criança de forma total, em todos os desenvolvimentos, seja no cognitivo e/ou social e afetivo.

Para Fritsche (2016) nas aulas as brincadeiras, as artes visuais e a música têm uma importância equivalente, isto é, é utilizada em todas as aulas. Já as crianças se desenvolvem de maneira integral. No desenvolvimento social a música faz com que interagem muito bem, participam de atividades proposta pelos professores. E no afetivo os ritmos afetam seu desenvolvimento de forma muito boa.

Silva, Lima e Jung (2019) analisaram as contribuições da música enquanto facilitadora do processo de ensino e aprendizagem. Para os autores a partir das atividades realizadas é possível perceber em um curto prazo no desenvolvimento das ações pedagógicas. Alguns educandos começaram a desenvolver uma percepção musical diferente, no sentido de que ela não serve somente para dançar, mas traduz sentimentos, emoções e lições que as palavras não conseguem explicitar, modificando nossa personalidade e maneira de enxergar o mundo.

Assim, a prática de utilizar a música em sala de aula desenvolve habilidades, define conceitos e conhecimentos e estimula o educando a observar, escutar, sentir, questionar, investigar e entender o meio em que vive e os eventos. A musicalidade estimula a curiosidade, a imaginação e o entendimento de todo o processo de construção do conhecimento de forma sonora e descontraída (SILVA, LIMA, JUNG, 2019).

Além disso, a contemplar atividades que envolvessem técnicas diferentes e que estimulassem diretamente as dimensões cognitivas e expressivas das crianças. Acredita-se que na importância dos momentos de conversa e reflexões com a turma, onde fica constatado que através de diversas práticas pedagógicas, o professor cria possibilidades de aprendizagens significativas e autocríticas que facilitam a aprendizagem evolutiva (SILVA, LIMA, JUNG, 2019).

Colaborando Alves (2016) relata que trabalhar com uma ferramenta como a música que causa um sentimento prazeroso e desenvolvimento integral da criança é muito importante, pois o profissional da educação tem a oportunidade de perceber a evolução dela com as experiências musicais

Em outra linha de pesquisa, Oliveira e Schambeck (2018) buscaram identificar processos de desenvolvimento profissional docente no Projeto Musicalização Infantil (PMI) a partir das perspectivas de seus professores. Para os autores a música traz uma aprendizagem na prática o “aprender fazendo”, neste sentido, ao valorizar as “práticas que a gente faz” necessita-se de um tempo, um tempo de conquistas, tentativas, erros e acertos.

Os resultados dos autores supracitados mostram que o Projeto Musicalização Infantil promove encontros e interações entre si, com professores de turma e com as crianças. Nas interações entre crianças de música há um reconhecer-se e um apoio mútuo com vistas para a aprendizagem e novas conquistas (OLIVEIRA, SCHAMBECK, 2018).

Finger et al., (2016) analisaram os resultados positivos, frente às ações inovadoras desenvolvidas pelo projeto Coral Encanto, ao abordar a letra de canções do próprio repertório, com o intuito de desenvolver atividades educativas e reflexivas em saúde com crianças e adolescentes, estimulando o uso da música.

Os resultados mostraram benefícios da música no desenvolvimento e na saúde das crianças e adolescentes, bem como, o grande potencial que esse público possui em relacionar a letra da música com sua vida pessoal, observando também que a música os estimulou a expressar seus sonhos e experiências vividas, além de ampliar seus horizontes como cidadãos e auxiliando-os a melhor expressar a letra das músicas nas apresentações, compreendo o verdadeiro sentido das mesmas (FINGER et al., 2016).

Camargos (2015) trouxe em seu estudo a relação da música no desenvolvimento socioafetivo de crianças com Síndrome de Down na pré-

escola. Por suas especificidades, o aluno com Síndrome de Down ao entrar na escola tem o direito de que esta instituição esteja sempre atenta com essas questões, de modo a tentar sempre fazer o melhor para que cada uma das crianças receba grandes aprendizados. Os estudos mostraram que cada criança tem seu tempo, ou seja, a escola mostrou que o currículo é baseado no desenvolvimento da criança, cada aprendizado que ela apresenta é de suma importância. E dessa maneira se torna inegável que o professor procure entender as características da síndrome adaptando o currículo com inserção de músicas que facilitem a aprendizagem, isso não significa que a metodologia escolhida para atender as crianças com Síndrome de Down seja inferior à dos demais, pelo contrário, para que haja aprendizado a metodologia deve ser muito bem empregada.

Freire et al., (2018) trabalho na linha de pesquisa sobre música e inclusão no desenvolvimento cognitivo-musical de crianças com TEA. Os achados do estudo apontam aquisição progressiva de novas habilidades musicais foi, pouco a pouco, propiciando o desenvolvimento integral da criança estudada. Esta relação é visível principalmente nos comportamentos que são incentivados durante as experiências musicais, evidenciados nas variações como o desenvolvimento da linguagem (por exemplo, formação de palavras), o aumento de suas intenções comunicativas (por exemplo, cumprimentar pessoas conhecidas) e a melhora na qualidade das interações interpessoais (por exemplo, imitar, brincar e manter contato visual). Porém, ganhos terapêuticos também foram observados para outros comportamentos não diretamente relacionados ao fazer musical, como vestir-se sozinho, contribuindo para a integração na qualidade de diversas dimensões da vida da criança.

Mendes et al., (2015) buscou analisar a influência da musicoterapia no comportamento e qualidade de vida de crianças portadoras de retardo do desenvolvimento neuropsicomotor (RDNPM). Os resultados do estudo apontaram que a música abre canais de comunicação que ampliam suas possibilidades de expressão, pois seja

qual for seu comprometimento maior, mental, físico ou emocional, a pessoa com deficiência mental responde ao estímulo musical, tanto quanto os indivíduos situados na faixa de normalidade.

A melhora significativa das crianças neste estudo, no que se refere ao aspecto emocional, se justifica pelo fato de que as crianças estavam recebendo as sessões de musicoterapia em grupo. Isto as auxiliou no processo de integração e comunicação. Em uma pesquisa analisando a influência da musicoterapia em pessoas com RDNPM, foram obtidos resultados significativos no que se refere à melhora da Qualidade de Vida; desenvolvimento da capacidade de comunicação não verbal, da autoestima e da autoconfiança; desenvolvimento da capacidade de observação e de respeito pelas regras definidas; afirmação e reforço da personalidade; promoção e desenvolvimento da expressão, entre outros (MENDES et al., 2015)

Soares, Cerveira e Mello (2019) analisou a educação musical na escola, onde para os autores é necessário a criação dessas condições materiais favoráveis na escola foi o primeiro passo rumo à condução de um processo educativo que buscou privilegiar a autopercepção dos alunos como seres criativos. Ao respeitar primeiramente e buscar conhecer seu gosto musical, procuramos manter um diálogo compreensível, respeitando-os como pessoa. A partir daí, buscamos apresentar outras formas e estilos de música que aos poucos foram despertando a curiosidade do grupo. Entendemos que aí começamos a encontrar meios para despertar sua atenção para o novo e para constituir uma nova sensibilidade e que a escola tem um papel essencial nesse despertar do aluno para fruir das objetivações da esfera superior da atividade humana como a arte.

Por fim, Santos-Luiz et al., (2015) relacionou matemática e a música, mostrando a existência de associações entre um conjunto de conteúdos da matemática e conteúdos musicais que se enquadram na esfera de outras áreas da matemática, tais como a Aritmética, a Álgebra e a Trigonometria. Para os autores é necessário sensibilizar os agentes

educativos para as vantagens decorrentes do processo ensino-aprendizagem da matemática através de aulas integradas de matemática e música, onde a ligação e a sistematização entre conteúdo da matemática e da música sejam aplicadas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Música enquanto linguagem é responsável por estimular as ideias, pensamentos, emoções e sentimentos mais intrínsecos das crianças trabalhando o afetivo e o emocional. A Música contribui diretamente para a estimulação das percepções espaciais, visto que as porções cerebrais que são responsáveis estarem próximas do lado esquerdo do nosso cérebro, oferecendo uma percepção adequada realizando ligações cerebrais em rede, assim as crianças podem ler uma letra de uma música, cantar melodias e desenvolver ainda o raciocínio abstrato e lógico. As atividades musicais coletivas estimulam também a socialização das crianças.

Com base nos dados demonstrados nos artigos analisados, evidencia-se que várias áreas do conhecimento podem ser influenciadas com a música. A música é conhecida como um mundo que facilita a expressão de ideias, sentimentos e a comunicação do sujeito com o meio e consigo mesmo.

Os resultados também demonstraram que a música atende aspectos diferentes do desenvolvimento: espiritual, mental, físico-social e emocional, a música também pode ser considerada enquanto agente facilitador no processo educacional. Portanto, se faz necessário a sensibilização dos professores para que se conscientizem acerca das possibilidades que música pode oferecer para o desenvolvimento e bem-estar dos alunos, pois a música fala diretamente à mente, ao corpo e às emoções.

REFERÊNCIAS

- ALVES, M. da G. S. A importância da música no desenvolvimento da aprendizagem. **Monografia** (Curso de Pedagogia) da Universidade Estadual da Paraíba, 2014.
- ALVES, R. da C. C. A Música na Educação Infantil. **Revista Eventos Pedagógicos - REP's**, v. 7, n. 3, p. 1293-1306, 2016.
- ARAUJO, K. K. S. de. A contribuição da música para o desenvolvimento e aprendizagem da criança. **Monografia** (Curso de Pedagogia) da Universidade Estadual Vale do Acaraú, 2015.
- BERGOLD, L. B.; ALVIM, N. A. T. Therapeutic music as a technology applied to healthcare and to the nursing teaching. **Esc. Anna Nery**, v. 13, n. 3, p. 537-542, 2009.
- BRITO, T. A. de. **Música na educação infantil**. São Paulo: Peirópolis, 2003.
- CAMARGOS, G. G. A música no desenvolvimento Socioafetivo de crianças com Síndrome de Down na pré-escola. **Revista Eventos Pedagógicos - REP's**, v. 7, n. 2 p. 441-453, 2016.
- FINGER, D.; ZANETTINI, A.; URIO, Â.; FRANCESCHI, V. E.; SOUZA, J. B. de.; HAAG, F. B.; SILVA, D. J. da. Atuação da música no desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes. **Revista Ciência em Extensão**. v. 12, n. 2, p. 106-115, 2016.
- FREIRE, M.; MARTELLI, J.; ESTANISLAU, G.; PARIZZI, B. O desenvolvimento musical de crianças com Transtorno do Espectro do Autismo em Musicoterapia: revisão de literatura e relato de caso. **ORFEU**, v.3, n.1, p. 146 de 171, 2018.
- FRITSCHÉ, J. M. A música no desenvolvimento da criança de 3 a 4 anos na Educação Infantil. **Revista Eventos Pedagógicos - REP's**, v. 7, n. 3, p. 1146-1160, 2016.
- GODOI, L. R. A importância da música na Educação Infantil. **Monografia** (Curso de Pedagogia) da Universidade Estadual de Londrina, 2011.
- GONÇALEZ, D. F. C.; NOGUEIRA, A. T. O.; PUGGINA, A. C. G. O uso da música na assistência de enfermagem no Brasil: uma revisão bibliográfica. **Cogitare Enfermagem**, v. 13, n. 4, p. 591-596, 2008.
- KRAEMER, R. D. Dimensões e funções do conhecimento pedagógico-musical. Trad. Jusamara Souza. **Em Pauta**, v. 11, n. 16/17, p. 49-73, 2000.

LORENTZ, D. C. O papel da música na Educação Infantil. **Revista Eventos Pedagógicos Desigualdade e Diversidade étnico-racial na educação infantil**, v. 6, n. 4, p. 100-108, 2015.

MENDES, M. V. dos S.; CAVALCANTE, S. A.; OLIVEIRA, E. F. de.; PINTO, D. M. R.; BARBOSA, T. S. M.; CAMARGO, C. L. de. Crianças com retardo do desenvolvimento neuropsicomotor: Musicoterapia promovendo qualidade de vida. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 68, n. 5, p. 797-802, 2015.

MORAIS, R. P. de.; POLETTO, L. O uso da música nos anos iniciais para o desenvolvimento psíquico e motor da criança. **Revista Acadêmica Educação e Cultura em Debate**, v 6, n. 2, p. 39-54, 2020.

OLIVEIRA, G. M. de.; SCHAMBECK, R. F. Desenvolvimento profissional docente: um estudo de caso com professores do Projeto Musicalização Infantil de Blumenau/SC. **Ouvirouver Uberlândia**, v. 14 n. 2 p. 452-465, 2018.

REIS, A. R. G.; REZENDE, U. B.; RIBEIRO, M. P. P. F. A música e o desenvolvimento infantil: o papel da escola e do educador. **Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery**, v. 12, n. 1, p. 1-12, 2012.

RODRIGUES, R. S. A música como ferramenta pedagógica na educação infantil. **Monografia** (Curso de Pedagogia) da Universidade Estadual Vale do Acaraú, 2011.

SANTOS, K. L. dos. A música como estratégia pedagógica no processo ensino-aprendizagem na educação infantil. **Monografia** (Curso de Pedagogia) da Universidade Federal da Paraíba, 2020.

SANTOS-LUIZ, C. dos.; MÓNICO, L.; CAMPELOS, S.; SILVA, C. F. da. Matemática e música: Sistematização de analogias entre conteúdos matemáticos e musicais. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 28, n. 2, p. 271-293, 2015.

SILVA, M. G. da.; LIMA, D. T. N.; JUNG, H. S. Cantar, Divertir-se, Aprender: Um relato de experiência docente com música. **EDUCA – Revista Multidisciplinar em Educação, Porto Velho**, v. 6, n. 14, p. 178-191, 2019.

SOARES, O. P.; CERVEIRA, R. B.; MELLO, S. A. Educação Musical na Escola: Valorizar o humano em cada um de nós. **Cad. Cedes, Campinas**, v. 39, n. 107, p. 125-138, 2019.

SOUZA, I. R. de. A música como incentivo à aprendizagem na Educação Infantil: Concepções dos professores do CMEI Balão Mágico, Itaituba-PA.

Monografia (Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia) Faculdade de Itaituba: CLPP da FAI, 2016.

SOUZA, J. **Aprender e ensinar música no cotidiano**. Sulina: Porto Alegre, 2008.

SOUZA, J. Música, educação e vida cotidiana: apontamentos de uma sociografia musical. **Educar em Revista, Curitiba, Brasil**, n. 53, v. 1, p. 91-111, 2014.

CAPÍTULO V

A LIBERDADE CONDICIONAL NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

CONDITIONAL FREEDOM IN THE BRAZILIAN LEGAL SYSTEM

Glauber Iure Cardoso de Menezes Silva¹

Márcia Rubia Batista Teixeira²

Romário Estrela Pereira Teixeira³

Wesley Alves de Araújo⁴

Antonio Barbosa Gomes⁵

Alex Sandro Dantas de Medeiros⁶

José Junho Rodrigues⁷

Agilio Tomaz Marques⁸

Rildian da Silva Pires Filho⁹

DOI: 10.46898/home.9786585712552.5

¹ <https://orcid.org/0000-0002-8483-4488>

² <https://orcid.org/0000-0002-0248-3195>

³ <https://orcid.org/0000-0002-0248-3195>

⁴ <https://orcid.org/0000-0001-6019-6867>

⁵ <http://lattes.cnpq.br/0137926011683588>

⁶ <https://orcid.org/0000-0002-3382-9857>

⁷ <http://lattes.cnpq.br/3528128682243583>

⁸ <https://orcid.org/0000-0001-8364-5063>

⁹ <http://lattes.cnpq.br/9645820072176522>

RESUMO

O presente artigo objetivou analisar a liberdade condicional no ordenamento jurídico brasileiro por meio de uma revisão sistemática da literatura. Adotando uma abordagem de revisão da literatura, seguindo o modelo de seis etapas proposto por Mendes et al., (2008), o estudo buscou compreender os requisitos para a liberdade condicional no contexto legal brasileiro. A pesquisa foi direcionada pela problemática de identificar os critérios que embasam a concessão da liberdade condicional. Para tal, foram empregadas bases de dados como Web of Science (CAPES), Google Acadêmico e Scientific Electronic Library Online - Scielo, utilizando descritores como "Liberdade Condicional", "Livramento Condicional" e "Código Penal". A seleção da amostra foi definida por critérios de inclusão como publicação em português, no período de 2010 a 2023, e abordagem da temática. Os resultados destacaram a liberdade condicional como um elemento crucial no ordenamento jurídico brasileiro, equilibrando princípios de justiça, ressocialização e segurança. A análise das possibilidades de liberdade provisória revelou a consideração de uma variedade de situações e fatores, como gravidade do delito e perfil do réu. A presunção de inocência e a individualização da pena foram enfatizadas como fundamentais na análise da liberdade provisória. A necessidade de uma abordagem equilibrada entre os interesses individuais e coletivos foi ressaltada, e a importância da compreensão profunda das circunstâncias de cada caso para a tomada de decisões judiciais sobre a liberdade provisória foi enfatizada.

Palavras-chave: Liberdade Condicional. Ordenamento Jurídico. Processo Penal.

ABSTRACT

This article aimed to analyze parole in the Brazilian legal system through a systematic literature review. Adopting a literature review approach, following the six-step model proposed by Mendes et al., (2008), the study sought to understand the requirements for parole in the Brazilian legal context. The research was guided by the problem of identifying the criteria that support the granting of parole. For this, databases such as Web of Science (CAPES), Google Scholar and Scientific Electronic Library Online - Scielo were used, using descriptors such as "Conditional Freedom", "Conditional Release" and "Criminal Code". The sample selection was defined by inclusion criteria such as publication in Portuguese, in the period from 2010 to 2023, and theme approach. The results highlighted parole as a crucial element in the Brazilian legal system, balancing principles of justice, rehabilitation and security. The analysis of the possibilities for provisional release revealed the consideration of a variety of situations and factors, such as the seriousness of the offense and the profile of the defendant. The presumption of innocence and the individualization of the penalty were emphasized as fundamental in the analysis of provisional release. The need for a balanced approach between individual and collective interests was highlighted, and the importance of a thorough understanding of the circumstances of each case for making judicial decisions on interim release was emphasized.

Keywords: Parole. Legal Order. Criminal proceedings

1 INTRODUÇÃO

A Liberdade Condicional é um incidente de execução da pena de prisão onde se verifica a possibilidade de o apenado sair em liberdade antes do cumprimento da totalidade da pena, segundo a observância de alguns requisitos previstos na legislação (SILVA, 2013). Uma vez em liberdade, o sujeito fica submetido ao cumprimento de determinadas condições, sob a pena de, nos casos de incumprimento, ser revogada a Liberdade Condicional, onde o apenado terá que cumprir o resto da pena fixada (BITENCOUT, 2017).

A Liberdade Condicional surgiu como reação ao significativo aumento da reincidência visualizada no segundo quartel do século XIX e perspectivada no quadro de uma política pública de combate ao carácter criminógeno de penas detentivas, este instituto tem enquanto finalidade bem definida: o de criar um determinado período de transição entre prisão e liberdade, dentro de um determinado espaço de tempo no qual o apenado possa equilibradamente recobrar o sentido de orientação social enfraquecido fatalmente por efeito de reclusão (ANDRADE; GERALDO, 2020).

Nesse aspecto, trata-se de uma etapa da pena de prisão, de uma maneira condicionada de antecipação da liberdade definitiva cuja finalidade é promover a recuperação pessoal e reintegração comunitária, possibilitando uma melhor defesa da sociedade, perante o regresso de um membro há muito tempo dela apartada (AVENA, 2017). O escopo da liberdade condicional é, auxiliar, portanto, o delinquente na reinserção social (LIMA, 2019).

A análise do sistema jurídico de penas e medidas brasileiro permite perceber a existências de inúmeros instrumentos legais de diversificação penal e processual, institutos que objetivam resguardar as penas privativas de liberdade.

O Código Penal – CP (2017) artigo 33, determina que as penas privativas de liberdade precisam ser executadas em maneira progressiva. Segundo Cappellari (2017) o Brasil adota o sistema progressivo/inglês, que consiste como o nome diz, na progressão da pena privativa de liberdade, sendo dá mais gravosa para menos gravosa, onde o próprio objetivo da lei de procurar a reinserção social do condenado.

A execução penal no Brasil é regulada pela lei 7.210 de 1984, estabelecendo os princípios e os regimes que norteiam a aplicabilidade da pena imposta aos condenados privados de sua liberdade. A lei dispõe de várias garantias aos condenados, principalmente os direitos não suprimidos pela sentença condenatória, como sua integração social harmônica e efetiva após o cumprimento da pena (BRASIL, 1984; CRUZ, 2008).

Prevista nos artigos 61 a 64 do Código Penal (o seu regime substantivo) este instituto se apresenta, atualmente, em duas formas: a liberdade condicional facultativa, que, é assim denominada por sempre exigir, para sua concessão, o preenchimento de requisitos de ordem formal/material; e a liberdade condicional obrigatória, denominada assim, por serem dispensados requisitos de ordem material, tão somente bastando, a observância nos requisitos na ordem formal para sua concessão (CÓDIGO PENAL, 2017).

O legislador, ao instituir o benefício do livramento condicional, considerou uma maneira de estímulo ao condenado, que depois do cumprimento de parte da pena, pode ser reintegrado a sociedade, mesmo que este sujeito não tenha se arrependido dos delitos que cometeu.

Guimarães (2011) relata que em nosso ordenamento jurídico, o livramento condicional começou a ser tratado pela legislação em 1890, já no primeiro Código Penal, sendo aplicado efetivamente em nosso território, apenas no ano de 1924 com o Decreto nº 16.665 que o classificou como uma medida Jurisdicional.

Em sua redação, o Código da época formava as características do livramento e requisitos necessários para obtenção do benefício (GRECO,

2013). Após o bom comportamento no determinado período de tempo em regime fechado, o preso era enviado para uma penitenciária agrícola. Se o condenado não permanecesse com o bom comportamento, seria novamente colocado no regime fechado, voltando a cumprir pena em presídio comum ou segurança máxima (FAGUNDES, 2013). Caso prevalecesse o bom comportamento, mostrando-se desta maneira, apto pra voltar a sociedade, poderia obter livramento condicional, desde que, o restante da sua pena que ainda faltasse a cumprir não fosse maior que 2 anos.

No artigo 51 do Código Penal (2017), relata que o livramento condicional é concedido por ato do poder federal, ou mesmo dos Estados, segundo a respectiva competência, mediante proposta do chefe do estabelecimento penitenciário, o qual deve justificar a conveniência da concessão em um relatório minucioso.

O conceito de Livramento ou liberdade condicional está disposto no CP (2017), onde é descrito como o benefício, podendo ser concedido a um condenado, permitindo o cumprimento da pena em liberdade até total de sua pena, desde que o mesmo preencha as condições e requisitos definidos no artigo 83 do Código Penal e 131 a 146 da LEP.

Nesse sentido, o artigo tem como objetivo a analisar liberdade condicional no ordenamento jurídico brasileiro por meio de uma revisão sistemática da Literatura.

2 METODOLOGIA

O presente artigo corresponderá a um estudo do tipo revisão da literatura, nos quais os estudos de Mendes et al., (2008) resumiram-no em seis etapas. Na primeira etapa, há uma seleção da questão para revisão; a segunda determina os critérios para seleção da amostra; a terceira define as características da pesquisa; na quarta é realizada a

análise de dados; na quinta temos a interpretação dos resultados, e por último, a apresentação da revisão.

Segundo as referidas autoras é importante direcionar a pesquisa científica para o conhecimento da realidade. A pesquisa, assim, é um procedimento de maneira formal, com método de reflexivo pensamento, que requer tratamento científico e se coloca no caminho para conhecer determinada realidade ou para encontrar verdades parciais.

A pesquisa foi construída com base nesta problemática: Quais os requisitos para liberdade condicional no ordenamento jurídico brasileiro Para levantamento dos artigos serão usados a base da Web of Science (CAPES), do Google Acadêmico e Scientific Electronic Library Online - Scielo e os descritores “Liberdade Condicional”, “Livramento Condicional” e “Código Penal”. A princípio, a busca pelos descritores foi dada individualmente, utilizando-se posteriormente os cruzamentos utilizando o operador booleano “and”. Ainda assim, para a seleção da amostra, serão válidos os seguintes critérios de inclusão: artigos publicados no idioma português, no período de 2010 a 2023, que retratam a temática em estudo.

O processo de busca dos artigos seguirá às especificidades da de dados e a seleção dos mesmos, assim precisará satisfazer determinados critérios como: obediência à temática do estudo, ou seja, capaz de responder à questão norteadora da pesquisa descrita no idioma português, além de estar condito no período de tempo proposto, e permitir a acessibilidade ao todo o seu conteúdo.

A realização do levantamento bibliográfico acontecerá no mês de março de 2023. Diante dos requisitos supramencionados e excluindo-se os artigos repetitivos nas bases de pesquisa utilizadas, serão selecionados artigos, dos quais serão submetidos a releituras, a fim de concretizar uma análise interpretativa direcionada pela questão condutora.

Por último, os resultados obtidos descreveram no o Instituto da Liberdade Condicional Brasil.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O tema Livramento condicional atualmente é muito discutido meio jurídico e social, haja vista o momento crítico pelo qual passa a sociedade em relação aos altos índices de criminalidade. A violência atinge índices altíssimos, o sentimento de impunidade toma conta da população brasileira, pelo fato de serem presenciados diariamente casos de pessoas condenadas por crimes hediondos passarem tão pouco tempo presas, ou, sequer, chegarem a cumprir alguma pena. Outro fator importante a ser discutido no tema, são os altos índices de reincidência que se presencia (LIMA, 2019).

Observa-se hoje que a pessoa do condenado, mesmo após cumprir uma pena pelo crime cometido, ao estar em liberdade logo volta a praticar novos delitos. Observa-se assim que não existe um grau de punibilidade imposto pelo estado que venha a gerar medo no indivíduo que pense em cometer um crime. É o famoso saber que “não vai dar em nada.

Contudo, é importante destacar que ao longo do tempo, as respostas passaram de vingança, castigo, expiação, retribuição, até se chegar ao estágio atual, em que o Estado busca, não só a prevenção geral e especial- mas também a ressocialização, a recuperação do criminoso. Ou seja, atualmente, a atuação estatal está voltada, precipuamente, para o oferecimento ao condenado de condições que lhe permitam reinserir-se na sociedade, uma vez que está sobejamente comprovado ser a criminalidade decorrente, antes de tudo, da exclusão social.

O sistema carcerário, ou seja, o sistema penitenciário é um dos mais antigos que se tem conhecimento dentro da história mundial, pois a mesma, ao falar do mundo moderno ou antigo se confunde com a prisão.

Na origem da sociedade moderna se tem relatos da existência das prisões, desta forma usando as palavras de Nunes (2005, p. 46) tem-se a seguinte ideia da existência das prisões:

Na idade média, a igreja, foi precursora na aplicação da prisão, como forma de castigo àqueles que infringissem seus preceitos, fazendo recolher os monges rebeldes ou infratores em celas individuais, onde mercê de orações e reflexos reconheciam seus próprios pecados e não voltava a cometê-los.

Corroborando com esse entendimento será feito uma cronologia do sistema prisional mundial, baseado no artigo das autoras Batistela e Amaral (2013), no qual percebe-se que seu início ocorre na antiga Grécia o berço da civilização mundial, onde nas palavras de seu mais ilustre habitante o pensador político Aristóteles se tem a seguinte colocação: Em sua obra Política, Aristóteles apresentava a pena como caráter intimidatório, porque o castigo além de intimidar o réu para que não voltasse novamente a cometer delitos, devia também servir de exemplo para os demais que por ventura estivessem prestes a cometer um crime. Este filósofo fez penetrar, por fim, nas suas construções.

Segundo os dados de Diniz (1996), o Brasil possui cerca de 511 estabelecimentos de confinamento, gerando aproximadamente 60 mil vagas para os detentos, claro que o número de presos nesses locais supera os 130 mil presidiários.

Lima (2019) diz que se pensar nos 170 milhões por mês que o governo gasta para manter os presos, o resultado é muito desanimador, pois não se vê hoje melhorias ou aspectos positivos que demonstrem que esse dinheiro esteja tendo resultado desejado. Hoje as prisões e penitenciárias no Brasil são verdadeiros depósitos humanos, com milhares de pessoas amontoadas, acarretando a sua superlotação e a proliferação de doenças graves em meio a todos esses detentos.

Seguindo as ideias do autor, sabe-se que muitas vezes, o que impera dentro das prisões é a lei do mais forte, ou quem tem mais poder

e controle sobre as gangues, controlam o crime dentro dos presídios mesmo porque muito se tem conhecimento da facilidade que é hoje para um preso portar um telefone celular e manter contato com a realidade do crime aqui fora e assim poder de dentro do seu confinamento controlar também o comércio ilegal de drogas, armas e corrupção entre a sociedade.

Um grande problema encontrado no sistema penitenciário brasileiro vem de quem deveria tomar conta dele e sabe-se que existem muitos presídios onde há apenas um agente penitenciário tomando conta de mais de cem detentos, profissionais esses muitas vezes mal treinados, mal remunerados e que muitas vezes acabam encontrando na corrupção, um rendimento muito superior a seus proventos (LIMA, 2019).

Para Gonçalves (2009) a grandiosidade do sistema penal em todo o país não deixa dúvidas de sua incapacidade de recuperação dos apenados. As anormalidades de suas funções comentadas em todos os veículos de comunicação do país já não descrevem as realidades constantes da população encarcerada. As superlotações dos centros de reeducação, presídios, delegacias e penitenciária não deixam nenhuma dúvida, acerca da incompetência do poder público em buscar a devida resignação dos presos, sabe-se que todo e qualquer ser humano tem os seus direitos, é para isso que existe a justiça e o poder judiciário.

O respeito à dignidade humana está escrito na Constituição de 1988, é acordado pelo Tratado de São José da Costa Rica no que se refere aos direitos humanos, a complexidade do confinamento não justifica as más condições físicas e estruturais em que se encontram os estabelecimentos prisionais do país. Não se pode crer que os altos índices de criminalidade reduzirão com estes problemas, se faz necessário novos estudos, novas ações, trazer à luz a esta escuridão gerada por ineficiência cruel que penaliza mais a sociedade fora do “entre – muros”, e que a cada dia se vê refém dentro de suas próprias casas (BRASIL, 1988).

Assim, as justificativas já não cabem a utilização de projetos, verbas e ações sociais esta devem ser metas prioritárias dentro dos

orçamentos, não pode os poderes públicos sobrecarregar a sociedade com mais estas ações de injustiça. Quem deve estar preso, fique preso com dignidade e a população descanse livre deste pesadelo.

Não pode haver várias classes de presos, suas condenações perpassam pelos seus atos praticados e condicionados nos livros das leis, não pode e não deve responder inúmeras vezes pelos mesmos crimes, ato contínuo nas atuais circunstâncias carcerárias do país (AVENA, 2017).

Não é fato somente no Brasil e sim no mundo, em que é de direito, os direitos humanos, mas deveria ser para os humanos direitos, se formos analisar os cidadãos de bem não tem direito a nada, senão batalhar por eles, já os criminosos, estão a todo o momento com novas “cartas” nas mangas burlando leis e ficando impunes de seus atos criminosos, ou seja, perde sempre o mais fraco ou o mais mal informado (GONÇALVES, 2009).

A população carcerária brasileira vem crescendo a cada ano, pois segundo o documento Dados Consolidados, apresentado pelo DEPEN em 2008, mostra que a população carcerária teve um incremento na evolução de 37% no período compreendido entre dezembro de 2003 (308.304) e dezembro de 2007 (422.373).

Em dezembro de 2009, o Sistema Integrado de Informações Penitenciárias – InfoPen disponibilizou o Formulário Categoria e Indicadores Preenchidos por todas as Unidades Federativas. Nele, podemos constatar que existem 473.626 presos no Brasil, sendo que 31.401 (6,63%) são mulheres e 442.225 (93,37%) são homens. O Brasil possui 1779 estabelecimentos penais com capacidade total para 294.684 presos, ou seja, 37,78%, que corresponde a 178.942 presos, encontram-se amontoados nestes estabelecimentos, muitos em Delegacias de Polícia, resultando assim na superlotação.

Dados do InfoPen (2021) mostram que no sistema prisional brasileiro, 678.506 estão presos, sem monitoramento eletrônico, 51.897 com monitoramento, 23.563 de Patronato e 5.552 estão sob tutela das Polícias Judiciárias, Batalhões de Polícias e Bombeiros Militares.

No âmbito do Código Penal brasileiro, a liberdade provisória é prevista em diversas situações. Primeiramente, nos crimes punidos com pena privativa de liberdade não superior a quatro anos, quando o réu é primário e não haja circunstâncias que indiquem a necessidade da prisão preventiva, pode-se conceder a liberdade provisória mediante compromissos específicos, como a comparecimento periódico em juízo e proibição de se ausentar da comarca (BRASIL, 1984).

Além disso, nos crimes culposos, a liberdade provisória é admitida independentemente da pena privativa de liberdade fixada. Nos casos de prisão em flagrante, se o juiz verificar que o réu preenche os requisitos para a concessão da liberdade provisória, poderá estabelecer medidas cautelares diversas da prisão, como monitoramento eletrônico, proibição de contato com determinadas pessoas ou frequência de locais específicos (CARNEIRO et al., 2021).

Ademais, nos crimes punidos com detenção, quando o réu é primário, a liberdade provisória é permitida, desde que o crime não seja cometido com violência ou grave ameaça à pessoa. Nos delitos com pena privativa de liberdade não superior a quatro anos, caso o réu seja maior de 70 anos, também é possível conceder a liberdade provisória (BITENCOURT, 2021).

No contexto da liberdade provisória, é essencial que o juiz avalie criteriosamente cada caso, considerando a gravidade do delito, a personalidade do acusado, a existência de antecedentes criminais, a probabilidade de reiteração delitiva e a garantia da ordem pública. A decisão de conceder ou não a liberdade provisória deve ser pautada pelo princípio da proporcionalidade e pelo objetivo de assegurar a justiça e a eficácia do processo penal, sem comprometer a segurança da sociedade.

Nos casos de prisão em flagrante, se o réu for primário e de bons antecedentes, a liberdade provisória pode ser concedida, desde que não se trate de crime cometido com violência ou grave ameaça à pessoa (BITENCOURT, 2021).

Quando o agente for gestante ou mãe de criança até 12 anos de idade incompletos, ou ainda se for pessoa com deficiência, a legislação prevê a possibilidade de liberdade provisória, visando à proteção dessas condições particulares (BITENCOURT, 2021).

Nos crimes punidos com pena privativa de liberdade não superior a quatro anos, cometidos sem violência ou grave ameaça, a liberdade provisória pode ser concedida, exceto nos casos em que o réu seja reincidente ou existam outros elementos que justifiquem a prisão preventiva (PEREIRA FILHO; NOBRE, 2023).

Quando o agente for portador de doença grave ou terminal, a liberdade provisória pode ser uma alternativa, considerando a necessidade de tratamento médico adequado e a impossibilidade de sua realização no ambiente prisional (SANTOS, 2020).

Nos crimes de tráfico ilícito de entorpecentes, desde que não esteja presente qualquer das hipóteses autorizadoras da prisão preventiva previstas no artigo 44 da Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006), a liberdade provisória pode ser concedida, com a imposição de medidas cautelares diversas.

Nas infrações penais de menor potencial ofensivo, que são aquelas cuja pena máxima cominada não seja superior a dois anos, é possível a aplicação dos institutos da transação penal e da suspensão condicional do processo, que podem culminar na concessão de liberdade provisória (PEREIRA FILHO; NOBRE, 2023).

Em delitos que não resultem em grave perturbação da ordem pública, mesmo quando punidos com pena privativa de liberdade superior a quatro anos, o juiz pode analisar a concessão de liberdade provisória, desde que o réu seja primário e de bons antecedentes (BITENCOURT, 2021).

Ademais, quando o agente é menor de 21 anos, a concessão da liberdade provisória pode ser considerada, principalmente se o crime não possuir caráter violento. Em crimes culposos punidos com detenção, a

possibilidade de liberdade provisória é admitida, independentemente da pena aplicada, desde que sejam preenchidos os requisitos legais estabelecidos. Também é válido destacar que nos casos de homicídio culposo no trânsito, a liberdade provisória pode ser concedida, sujeita a medidas cautelares, caso os pressupostos para prisão preventiva não estejam presentes (SANTOS, 2020).

Além disso, para crimes com pena privativa de liberdade mínima, a liberdade provisória se torna uma opção, especialmente quando o réu é primário e não possui antecedentes criminais. A comprovação de residência fixa na comarca do processo e a apresentação de trabalho regular podem também influenciar a concessão da liberdade provisória, demonstrando vínculos com a localidade e responsabilidade social. A existência de laços familiares sólidos e o histórico de bom comportamento prisional podem ser considerados ao avaliar a possibilidade de liberdade provisória. Por fim, em situações excepcionais, como ocorreu com a pandemia da COVID-19, a concessão mais ampla de liberdade provisória foi contemplada para mitigar a propagação do vírus nos estabelecimentos prisionais, levando em consideração a segurança dos detentos e a sociedade como um todo (BITENCOURT, 2021).

É importante ressaltar que a análise da liberdade provisória deve ser realizada com base nos princípios fundamentais do processo penal, como a presunção de inocência, a individualização da pena e a garantia de direitos fundamentais do acusado, sempre considerando a segurança da sociedade e a ordem pública.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A liberdade condicional se destaca como um elemento crucial no ordenamento jurídico brasileiro, visando harmonizar os princípios de justiça, ressocialização e segurança da sociedade. Ao analisar as possibilidades de liberdade provisória previstas no Código Penal, fica

evidente que a legislação busca considerar uma gama diversificada de situações, levando em conta fatores como a gravidade do delito, o perfil do réu e a garantia da ordem pública. Através da revisão sistemática da literatura, foi possível explorar as diferentes circunstâncias em que a liberdade provisória é contemplada, desde crimes menos graves até situações excepcionais, como a pandemia.

A garantia da presunção de inocência e a busca pela individualização da pena permeiam a análise da liberdade provisória, sublinhando a importância de avaliar cada caso de maneira cuidadosa e imparcial. A decisão de conceder ou negar a liberdade provisória é, portanto, uma responsabilidade complexa que recai sobre o sistema judicial, requerendo uma abordagem equilibrada entre os interesses individuais e coletivos.

A liberdade provisória, ao lado de seus critérios e requisitos específicos, evidencia o comprometimento do sistema jurídico em assegurar a justiça e a eficácia do processo penal. Com uma visão holística das disposições legais relacionadas à liberdade condicional, fica claro que essa é uma ferramenta essencial para alcançar o equilíbrio entre a punição justa e a oportunidade de reintegração dos indivíduos à sociedade. Portanto, é imperativo que as decisões judiciais sobre a liberdade provisória sejam embasadas em uma compreensão profunda do contexto e das circunstâncias de cada caso, a fim de preservar os direitos fundamentais dos acusados e a segurança da comunidade em geral.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, B. de O. A. de.; GERALDO, P. H. B. “Esperteza” e “bom comportamento” na execução penal. **Revista Antropolítica**, v. 1, n. 48, p. 296-321, 2020.

AVENA, N. **Execução penal**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017.

BATISTELA, J. E.; AMARAL, M. R. A. **As regras mínimas para o tratamento de prisioneiros da ONU e a lei de execução penal brasileira**: Uma breve comparação. Secção de Justiça, Divisão para as Operações, 2013. Disponível em: <<http://intertemas.unitedtoledo.br/revista/index.php/ETIC>>. Acesso em setembro de 2021.

BITENCOUT, C. R. **Tratado de Direito Penal, Parte Geral**. Vol. 01. 23ª ed. Saraiva Jur. São Paulo. 2017.

BITENCOURT, C. R. **Tratado de Direito Penal 1 - Parte Geral**. São Paulo: Editora Saraiva, 2021.

BRASIL. **Código Penal, Constituição Federal**. Lei de Execução Penal (LEP): Lei 7.210 de 11 de julho de 1984.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

CAPPELLARI, M. **Você sabe quais são os requisitos do Livramento Condicional**. Jus Brasil, 2017. Disponível em: <https://canalcienciascriminais.jusbrasil.com.br/artigos/509277231/voce-sabe-quais-sao-os-requisitos-do-livramento-condicional>. Acesso em setembro de 2021.

CARNEIRO, G., et al. Livramento Condicional: Alternativa para a resolução das mazelas do sistema penitenciário. **Humanas Em Perspectiva**, v 1, n. 1, 2021.

CÓDIGO PENAL. **Código penal – Decreto-lei n. 2.848/1940**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

CRUZ, M. L. R. Livramento Condicional. **Trabalho de Conclusão de Curso**: Universidade Estadual Vale do Acaraú como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Administração Judiciária III, Fortaleza, 2008.

DINIZ, E. A. R. Realidade do sistema penitenciário brasileiro. **Jus Navigandi, Teresina**, ano 1, n. 1, nov. 1996. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=1008>>. Acesso em setembro de 2021.

FAGUNDES, J. A Remição da Pena. **Trabalho de Conclusão de Curso**: Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, 2013.

INFOPEN. Sistema Integrado de Informações Penitenciárias – InfoPen. Ministério da Justiça, 2021. Disponível em: <http://dados.mj.gov.br/dataset/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias>. Acesso em setembro de 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, L. C. **O sistema Prisional Brasileiro**. Diário de Cuiabá, 2009. Disponível em: <http://www.diariodecuiaba.com.br/comenta_det.php?cod=68358>. Acesso em setembro de 2021.

GRECO, R. **Curso de Direito Penal**. 15ª Edição. Impetus. Rio de Janeiro. 2013.

GUIMARÃES, P. **Livramento Condicional: Direito Subjetivo do Condenado**. Olhar Jurídico, 2011. Disponível em: <http://olharjurys.blogspot.com/2011/06/livramento-condicional-direito.html>. Acesso em setembro de 2021.

LIMA, J. V. M. L. Livramento Condicional: Os reflexos no sistema prisional frente à ineficácia do benefício. **Trabalho de Conclusão de Curso**: Apresentado ao curso de direito do Centro Universitário UNIFACIG, Manhuaçu – MG, 2019.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. de C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto Contexto Enferm.**, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008.

NUNES, A. **Curso De Execução Penal** .3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

PEREIRA FILHO, A. M. de A.; NOBRE, J. H. D. Uma breve análise das penas alternativas diante da ineficácia da pena privativa de liberdade na ressocialização. **Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais - UNIT - Alagoas**, v. 8, n. 1, p. 43-55, 2023.

SANTOS, C. M. P. Liberdade Condicional em caso de Execução Sucessiva de Penas. **Dissertação** (Mestrado em Direito) Faculdade de Direito, 2020.

SILVA, C. D. V.G. A Liberdade Condicional Obrigatória sua Existência e Fundamentação. **Dissertação de Mestrado**: Universidade de Coimbra, 2013.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Michael Douglas Sousa Leite

Doutorando em Engenharia e Gestão de Recursos Naturais - UFCG. Mestre em Gestão e Sistema Agroindústrias - PPGSA/UFCG. Pós-graduado em Docência do Ensino Superior. Pós-graduado em Administração Financeira. Bacharel em Administração pela UFCG. Licenciado em Matemática pela Cruzeiro do Sul. Foi professor do Curso de Administração da Faculdade Católica Santa Teresinha - FCST e Coordenador e Professor do Instituto Nacional de Cursos. Atualmente é supervisor de Ensino do Novo Ensino Médio, vinculada a Secretária de Educação do Estado da Paraíba. Tem experiência na área de Metodologia da Pesquisa, Ensino de Matemática, Administração Financeira, Gestão Ambiental, Gestão de Pessoas e Empreendedorismo.

Renata da Silva Adonias Nunes

Graduada em Enfermagem pela Faculdade Santa Emília de Rodat (2007); Pós- Graduada em Urgência e Emergência pela FACENE e em Enfermagem do Trabalho, pela FCM; Enfermeira do Hospital Emerentina Dantas em Paulista-PB e Enfermeira Assistencial na Central de Material e Esterilização, Centro Cirúrgico e Unidade de Recuperação Pós-Anestésica do Hospital Universitário Júlio Bandeira em Cajazeiras-PB; Mestranda em Gestão de Tecnologias Agroindustriais, com ênfase em Dermatologia ; Tem experiência na área de Enfermagem, com ênfase em Enfermagem Clínica Médica, Urgência e Emergência, Central de Material e Esterilização, Centro Cirúrgico, Unidade de Recuperação Pós-Anestésica e Gestão de Enfermagem.

Ana Maria Franco Silva

Graduada em Enfermagem pela Faculdade UNESC - Campina Grande (2009); Pós- Graduada em Urgência e Emergência pela UNIFACISA e em Enfermagem do Trabalho, UNIFIP; trabalho no Hospital Universitário Julio Bandeira - Cajazeiras PB; na Central de Material e Esterilização, Centro Cirúrgico e Unidade de Recuperação Pós-Anestésica; Tem experiência na área de Enfermagem, com ênfase em Enfermagem Clínica Médica, Urgência e Emergência, Central de Material e Esterilização, Centro Cirúrgico, Unidade de Recuperação Pós-Anestésica ,Política em Gestão e Enfermagem

Robênia Nunes da Cruz

Licenciada em Ciências Biológicas pela UEPB, Licenciada em Pedagogia pela UFCG, Pós-graduada em Educação Ambiental pela UEPB e Coordenação Pedagógica pela UFPB, Mestre em Recursos Naturais pela UFCG. Foi professora da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA/UNAVIDA. Tem experiência na área de Educação e Meio Ambiental com ênfase em Currículo, Avaliação, Gestão da Aprendizagem, Ensino de Ciências e Educação Ambiental, atuando principalmente como professora, na formação continuada de educadores, coordenação pedagógica e coordenação de projetos. Atualmente, coordena a Educação Ambiental junto a Secretaria Municipal de Educação de Campina Grande-PB.

Bianca da Silva Araújo

Possui Graduação em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Campina Grande (2021). Atualmente é servidora da Prefeitura municipal de Pombal – PB.

Antonio Barbosa Gomes

Graduação em Tecnologia em Gestão Pública pelo Centro Universitário Internacional (2019), Especialização em Inovação Em Gestão Pública pelo Centro Universitário Internacional (2019), e Mestre em Gestão e Sistemas Agroindustriais pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Aluno Especial no Doutorado no Programa de Pós-graduação em Engenharia e Gestão de Recursos Naturais da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Atualmente é Chefe do Setor de Telecomunicação e Informática do CSTR/UFCG, exercendo a função como Técnico em Telecomunicação. Tem experiência na área de Engenharia Elétrica, com ênfase em Telecomunicações. Atuando principalmente nos seguintes temas: Telefonia, Núcleo de Pesquisas para o Desenvolvimento do Semiárido, na Cidade de Patos PB.

Gonçalves Marques Rocha Filho

Licenciado em Pedagogia pela Universidade Estadual vale do Acaraú, Bacharel e Licenciado em Educação Física pela Universidade Estadual ale do Acaraú, Pós-graduado em Gestão da Educação Pública pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Pós-graduado em Gestão Escolar pela Universidade Federal do Ceará, Pós-graduado em Educação Física Escolar pela Faculdade Integrada do Ceará, Pós-graduado em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Universidade Estadual vale do Acaraú, Mestrando em Gestão e Sistema Agroindustriais - PPGSA/UFCG, Formador regional da Crede 07 do Mais PAIC Integral, Professor Efetivo da Rede Municipal de Ensino de Canindé. Experiência em Gestão na

área Educacional, em Gestão de Escola e Formação de Gestores Escolares

Alexandra Moreira Silva

Licenciada em Pedagogia (2002), História e Geografia (2005), ambas pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional - Faculdade Excelência - FAEX (2016), Especialista em Gestão Escolar - UFC (2008). Mestranda em Gestão e Sistema Agroindustriais - PPGSA/UFCG, Coordenadora Pedagógica do município de Canindé -CE, Professora Efetiva da Rede Municipal de Ensino de Canindé. Experiência em Gestão na área Educacional, em Gestão de Escola e Formação de Gestores Escolares.
Marciana Gomes Sampaio

Mariana Maria Gomes Sampaio

Graduação em Português e Inglês Licenciatura Plena pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2004), Especialização em Metodologia do Ensino Fundamental e Médio. Lecionou por sete anos na Escola de Ensino Médio Tomé Gomes dos Santos, município de Paramoti-ce, lecionei na educação infantil nas turmas infantil 2 e infantil 5. Foi Coordenadora do Programa Alfabetização Solidária por 4 anos. Foi Técnica Pedagógica na Secretaria Municipal de Educação de Paramoti-CE. Foi professora da EJA no programa Brasil alfabetizado. Lecionou nas turmas avaliadas 2 e 5 anos na escola municipal Melvin Jones - Canindé-ce. Atualmente é Formadora Regional do Eixo de alfabetização e 3º ano - Matemática como bolsista da Secretaria de Educação do Estado. Ministro aulas na universidade FMB - Faculdade do Maciço de Baturité. Tenho experiência na área de Letras.

SOBRE OS AUTORES

Agílio Tomaz Marques

Graduado em Direito - URCA, Especialista em Direito Processual - UNISUL, Mestre em Sistemas Agroindústrias - PPGSA/UFCG. Atualmente é Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba. Foi Promotor de Justiça Substituto - Ministério Público do Estado da Bahia. Foi Defensor Público Estadual - Defensoria Pública do Estado do Ceará. Foi Delegado de Polícia - Polícia Civil do Estado de Pernambuco. Ministrou aulas de direito penal e processual penal no Colégio Tiradentes Concursos - Fortaleza - CE. Atuou, ainda, com Professor convidado na UNIESB. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Penal, Direito Processual Penal, Direito Civil, Direito Processual Civil e Direito Ambiental.

Alex Sandro Dantas de Medeiros

Bacharel em Direito pela UFRN, Especialização em Direito e Processo do Trabalho, Mestre em Gestão Pública - PPGP/UFRN. Professor do Curso de Direito da Faculdade Católica Santa Teresinha - FCST. Procurador Jurídico da Prefeitura Municipal de Caicó - RN. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público.

Antonio Barbosa Gomes

Graduação em Tecnologia em Gestão Pública pelo Centro Universitário Internacional (2019), Especialização em Inovação Em Gestão Pública pelo Centro Universitário Internacional (2019), e Mestre em Gestão e Sistemas Agroindustriais pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Aluno Especial no Doutorado no Programa de Pós-graduação em Engenharia e Gestão de Recursos Naturais da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Atualmente é Chefe do Setor de Telecomunicação e Informática do CSTR/UFCG, exercendo a função como Técnico em Telecomunicação. Tem experiência na área de Engenharia Elétrica, com ênfase em Telecomunicações. Atuando principalmente nos seguintes temas: Telefonia, Núcleo de Pesquisas para o Desenvolvimento do Semiárido, na Cidade de Patos PB.

David Bastida Santos

Dayanne Pereira Soares de Souza

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Cruzeiro do Sul (2021). Graduação em Ciências com Habilitação em Biologia pela Universidade Federal de Campina Grande (2014). Atualmente é professora de ensino fundamental I, da Prefeitura Municipal de Sousa -

PB. Tem experiência na área de Meio ambiente e Educação, com ênfase em Educação socioemocional.

Ediana da Nóbrega Melo Queiroga

Possui graduação em Enfermagem - Faculdades Integradas de Patos (2012). Atualmente é enfermeira da Prefeitura Municipal de Pombal. Especialista em Enfermagem em Saúde do Trabalhador. Tem experiência na área de Enfermagem, com ênfase em Enfermagem. Busca novos desafios em sua carreira, pois deseja continuar a desenvolver habilidades e colaborar com conhecimentos e experiências para a construção de grandes resultados em quaisquer âmbitos

Fernanda Carla Almeida Silva

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sistemas Agroindustriais, pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Graduada em História pela Universidade Federal de Campina Grande, no Centro de Formação de Professores, Campus Cajazeiras - PB. Autora da monografia "O ensino de história e as representações da África e dos negros nos livros didáticos do 8º ano: Vontade de Saber História? da editora FTD e Projeto Mosaico da Scipione, de 2017 a 2019". Atuou como voluntária no projeto de pesquisa e extensão: "As Relações de Gênero dentro da Escola: construindo espaços de debates, vinculado ao PROBEX/UFCG (2017). Desempenhou monitoria como bolsista na disciplina "Projeto de Pesquisa IV" (2020).

Francisco Ivo Gomes de Lavor

Pedagogo pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, Sobral – CE; Mestre em Sistemas Agroindustriais pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, Campus Pombal/PB; Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela UniFIC - Iguatu/CE; Formador de profissionais da Educação (incluindo professores e gestores) nas áreas de: inteligência emocional, comunicação e oratória, didática, tecnologias digitais, inovações pedagógicas e BNCC; Coordenador do Curso de Pedagogia e Coordenador Acadêmico das Faculdades Integradas do Ceará - UniFIC.

Glauber Iure Cardoso de Menezes Silva

Possui graduação em Direito pela Universidade Regional do Cariri, Pós-graduação lato senso em Docência no Ensino Superior pela Universidade Cândido Mendes e Pós-graduação lato senso em Direito Previdenciário e Trabalhista pela Universidade Regional do Cariri. Atua como Advogado, inscrito na OAB/CE sob o nº 26.359, Professor das Faculdades Integradas do Ceará (UniFic), Coordenador adjunto do Curso de Direito e

Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica da referida IES. Professor da disciplina de Educação Ambiental no Curso de Bacharelado em Farmácia; Da disciplina de Direitos Humanos e políticas públicas no Curso de Licenciatura em Pedagogia e Docente das disciplinas de Direito Civil IV e Direito do Trabalho II no Curso de Bacharelado em Direito.

Ilenice Pereira da Silva

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba e Letras pela Universidade Federal de Campina Grande. Atualmente, é orientadora educacional da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura de Campina Grande e articuladora dos Orientadores Educacionais desta Secretaria. Ainda, atua como formadora dos Programas de Formação Pró-letramento em Linguagem e Programa de Formação de Professores Alfabetizadores - PROFA.

Izairane Dutra de Sousa

Bacharel em Serviço Social pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Cajazeiras-FAFIC (2012). Especialização em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Campina Grande- UFCG; Gestão e Avaliação de Políticas Públicas em Raça e Gênero pela Universidade Federal da Paraíba- UFPB e Gestão e Avaliação de Políticas Públicas pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Cajazeiras-FAFIC. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em assistência social, saúde, previdência, direitos humanos e empresas privadas.

Jardenia Mayara da Silva Nogueira

Mestra em Sistemas Agroindustriais - PPGSA/UFCG/CCTA - Pombal - PB. Especialista em Gestão Pedagógica na Escola Básica pela Universidade Estadual do Ceará - UECE (2018). Licenciada em Pedagogia pelo Centro Universitário UNISEB (2014), Tecnóloga em Alimentos pela Faculdade Tecnológica - FATEC / CENTEC (2014) e Técnica em Desenvolvimento Social pelo IFCE - Campus Iguatu (2009). Atualmente é professora efetiva na área de pedagogia no município de Quixeramobim CE. Possui experiências em mobilização social e Assistência Técnica em Assentamentos da Reforma Agrária e Agroecologia

José Junho Rodrigues

Bacharel em administração pela Universidade Estadual da Paraíba (2011). Especialista em Direito Administrativo e Gestão Pública (2013), pelas Faculdades Integradas de Patos-PB. Foi Diretor da Cadeia Pública de Juazeirinho-PB, de 09/03/2017 até 27/09/2019, também foi Diretor do instituto de Reeducação Social de Catolé do Rocha-PB, de 22/12/2020 até 07/06/2021, atualmente é Policial Penal do Estado da Paraíba.

Juliana Paiva Góes Ramalho

Mestre em Enfermagem pelo Programa de Pós-graduação em Enfermagem da UFPB (2012). Especialista em Saúde da Família, Saúde Coletiva e em Enfermagem do Trabalho pelas Faculdades Integradas de Patos - FIP. Especialista em Naturologia - Terapias Naturais e Holísticas pela Faculdade da Amazônia (2016). Graduada em Enfermagem pela Universidade Federal da Paraíba (2008). Atua como enfermeira há 14 anos e como professora universitária há 11 anos. Trabalhou como Professora Substituta no Centro Profissional e Tecnológico- Escola Técnica de Saúde da UFPB (2021 - 2023). Durante a graduação atuou como bolsista do Pibic-CNPq. Possui Licenciatura em Enfermagem pela Universidade Federal da Paraíba (2010). Atualmente, atua como professora da área da Enfermagem e da Saúde na Faculdade de Goiana (2023) e atende como enfermeira nutróloga, com ênfase na Terapia Floral, Aromaterapia e Auriculoterapia. É Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Bioética e Cuidados Paliativos - NEPBCP e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Administração e Informação em Saúde e Enfermagem- GEPAIE da Universidade Federal da Paraíba. Participou como representante docente da Comissão Própria de Avaliação - CPA da Faculdade Internacional da Paraíba

Kylvia Luciana Pereira Costa

Tecnóloga do curso de Segurança do Trabalho pela Faculdade de Tecnologia e Ciências do Norte do Paraná (UniFatecie). Bacharel em Enfermagem pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Especialista em Gestão em Saúde pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), e em Saúde do Trabalhador e Gestão de Pessoas pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI). Mestre em Gestão e Sistema Agroindustriais pela Universidade Federal de Campina Grande - PB. Servidora do Governo do Estado da Paraíba ligada a Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia (SEECT). Foi professora Bolsista do curso de Segurança do Trabalho do MEDIOTEC/PRONATEC, ministrando as disciplinas de Ferramentas de Gestão I e II, e Gestão Estratégica. Preceptora de Estágio Supervisionado II do Ensino Profissionalizante do Curso Técnico em Enfermagem pela Instituição Colégio e Curso Masters Gold de Cajazeiras-PB. Atua como Tutora EAD da Universidade Federal de Paraíba – UFPB, no curso de Pós-Graduação do Técnico de Enfermagem.

Luanna Michaelly Soares Rodrigues Vieira

Historiadora pela UFCG-CFP e Mestre no programa PPGLE pela UFCG/CG. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Moderna e Contemporânea. Atualmente é professora do Centro de Educação Especial Integrado Geny Ferreira.

Márcia Rubia Batista Teixeira

Possui graduação em Direito pela Universidade Regional do Cariri (2012). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito (Texto informado pelo autor)

Maria Mairla Mendes Alves Vieira

Especialista em Neuropsicopedagogia Institucional e Clínica pela Faculdade Integradas de Patos - FIP, Licenciada em História pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG (2010). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em História, atuando principalmente nos seguintes temas: educação e história.

Micelândia Batista Ribeiro

Possui ensino médio pela Escola Estadual São José Operário - Santarém PB (2001). Tem experiência na área de Enfermagem, com ênfase em Técnico em Enfermagem.

Michael Douglas Sousa Leite

Doutorando em Engenharia e Gestão de Recursos Naturais - UFCG. Mestre em Gestão e Sistema Agroindústrias - PPGSA/UFCG. Pós-graduado em Docência do Ensino Superior. Pós-graduado em Administração Financeira. Bacharel em Administração pela UFCG. Licenciado em Matemática pela Cruzeiro do Sul. Foi professor do Curso de Administração da Faculdade Católica Santa Teresinha - FCST e Coordenador e Professor do Instituto Nacional de Cursos. Atualmente é supervisor de Ensino do Novo Ensino Médio, vinculada a Secretária de Educação do Estado da Paraíba. Tem experiência na área de Metodologia da Pesquisa, Ensino de Matemática, Administração Financeira, Gestão Ambiental, Gestão de Pessoas e Empreendedorismo.

Milena Souto de Araújo

Estudante do quarto período do curso de Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Técnica em Comércio pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Bolsista de apoio técnico do Núcleo de Educação da Infância - CAp/UFRN. Durante o ensino médio/técnico, atuou como

bolsista de iniciação científica, desenvolvendo habilidades relacionadas a pesquisa científica e elaboração de trabalhos acadêmicos.

Miriam Souza Martins

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba (2019). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação

Rafael Eduardo Inacio do Nascimento

Mestre em Sistemas Agroindustriais (UFCG). Mestre em Ciências da Educação (Absolute Christian University - Mestrado ainda não convalidado no Brasil). Especialista em Direito Tributário (FIP). Bacharel em Ciências Contábeis (UFCG). Licenciado em Matemática (Unopar) Bacharel em Teologia (Instituto Betel Brasileiro). Tecnólogo em Gestão Ambiental (cursando - Unopar)

Rildian da Silva Pires Filho

Bacharel em Direito pela Faculdades Integradas de Patos - FIP, 2016. Pós-graduado em Gestão Pública e Direito Administrativo pela mesma instituição. Advogado desde agosto de 2017, Assessor Jurídico da Secretaria Municipal de Saúde de Patos/PB, desde 2020.

Robênia Nunes da Cruz

Licenciada em Ciências Biológicas pela UEPB, Licenciada em Pedagogia pela UFCG, Pós-graduada em Educação Ambiental pela UEPB e Coordenação Pedagógica pela UFPB, Mestre em Recursos Naturais pela UFCG. Foi professora da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA/UNAVIDA. Tem experiência na área de Educação e Meio Ambiental com ênfase em Currículo, Avaliação, Gestão da Aprendizagem, Ensino de Ciências e Educação Ambiental, atuando principalmente como professora, na formação continuada de educadores, coordenação pedagógica e coordenação de projetos. Atualmente, coordena a Educação Ambiental junto a Secretaria Municipal de Educação de Campina Grande-PB.

Romário Estrela Pereira Teixeira

Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Integrante dos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional da Paraíba, atuando no Escritório João Estrela Advogados. Mestrando pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Especialista em Direito Penal e Processo Penal - FIP.

Rosilda Maria Silva

Possui graduação em Licenciatura Plena em Letras pela Universidade Estadual da Paraíba (1993) e graduação em Pedagogia do Ensino Médio e Séries Iniciais pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2005). Especialista em Formação do Educador. Atualmente é formadora na área de Língua Portuguesa - FUNDESCOLA - Ministério da Educação - Banco Mundial e professora - básica i e básica ii - Secretaria da Educação, Esporte e Cultura. Assim como também Professora do Curso de Pedagogia na Universidade Estadual do Vale do Acaraú - UVA.

Viviane Aparecida Alves Soares

Possui graduação em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade Estadual do Ceará (2012). Pós-graduação lato sensu em Língua Portuguesa e Literatura. Atualmente é servidora pública, professora da área de linguagens da rede pública de ensino, do Município de Iguatu-CE. Professora de Redação da Escola Modelo de Iguatu e do Centro Educacional Ferreira Alexandre (Icó-CE). Professora de português instrumental dos cursos de nível superior das Faculdades Integradas do Ceará - UniFIC.

Viviane Farias Silva

Possui graduação em Engenharia Agrícola pela Universidade Federal de Campina Grande (2013), Mestre em Engenharia Agrícola pela Universidade Federal de Campina Grande (2015) e Doutora em Engenharia Agrícola pela Universidade Federal de Campina Grande (2017). Pós Doutora em Recursos Naturais (2017-2019). Professora do Magistério Superior da Unidade Acadêmica de Engenharia Florestal na área de ciências básicas, Engenharia e Tecnologia Rural do CSTR da Universidade Federal de Campina Grande. É Vice coordenadora do Programa de Pós graduação em Engenharia e Gestão dos Recursos Naturais (2021-atual) do CTRN/UFCEG.

Waléria Quirino Patrício

Mestranda em Gestão e Sistemas Agroindustriais pela UFCG. Possui licenciatura em Matemática pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB (2018). Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Cruzeiro do Sul (2019). Especialização em Docência do Ensino Superior pela FAFIC - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Graduanda em Artes Visuais pela Universidade Paulista. Pós-graduanda em Gestão, administração, coordenação e supervisão escolar pela Educaminas. Atualmente é funcionária pública municipal e atua na E. M. E. I. F. Luiz Cartaxo Rolim. Tem experiência na área de Matemática, com ênfase em Matemática, atuando principalmente nos seguintes temas: educação e matemática.

Wesley Alves de Araújo

Delegado de Polícia Civil no Estado do Ceará. Docente das Faculdades Integradas do Ceará - UniFIC na disciplina de Direito Penal. Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) no Campus de Sousa/PB (2014). Especialista em Direito Administrativo e Gestão Pública pelas Faculdades Integradas de Patos - FIP/PB (2015). Pós-graduado em Segurança Pública pela Faculdade São Vicente (2021). Tem experiência nas áreas de Direito Penal e Processual Penal, com ênfase em Inquérito Policial e Investigação Criminal.

Além das fronteiras: educação ambiental, inclusão e liberdade

Nas páginas deste livro, exploramos um território vasto e interdisciplinar onde convergem questões cruciais da nossa sociedade contemporânea: educação ambiental, inclusão e liberdade. Cada capítulo desta obra representa um mergulho profundo em diferentes domínios do conhecimento, proporcionando uma visão abrangente e rica sobre como essas três temáticas se entrelaçam e influenciam nosso mundo em constante evolução.

Autores

Home Editora
CNPJ: 39.242.488/0002-80
www.homeeditora.com
contato@homeeditora.com
Av. Augusto Montenegro, 4120 - Parque Verde, Belém - PA, 66635-110

